

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Eliane Aparecida Pinheiro

**SERVIÇO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
QUESTÕES PARA O DEBATE**

Florianópolis – SC, 2005

ELIANE APARECIDA PINHEIRO

**SERVIÇO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
QUESTÕES PARA O DEBATE**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Teresa Kleba Lisboa.

Florianópolis – SC, 2005

ELIANE APARECIDA PINHEIRO

**SERVIÇO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
QUESTÕES PARA O DEBATE**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social, tendo como área de concentração: Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Teresa Kleba Lisboa
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Catarina Maria Schmickler
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Arlene Anélia Renk
Universidade Comunitária Regional de Chapecó

AGRADECIMENTOS

À todas(os) aquelas(es) que percorreram comigo este caminho, minhas/meus amigas (os):

Lembrei-me dele e senti saudades.... Tanto tempo que a gente não se vê! Dei-me conta, com intensidade incomum, da coisa rara que é a amizade. E, no entanto, é a coisa mais alegre que a vida nos dá. A beleza da poesia, da música, da natureza, as delícias da boa comida e da bebida perdem o gosto e ficam meio tristes quando não temos um amigo com quem compartilhá-los. Acho mesmo que tudo o que fazemos na vida pode-se resumir nisto: a busca de um amigo, uma luta contra a solidão...

Rubem Alves

As assistentes sociais que aceitaram participar da pesquisa, pela disponibilidade com que me receberam e pela confiança que demonstraram durante as entrevistas;

A professora doutora Teresa Kleba Lisboa, orientadora, pela seriedade, competência e compromisso que demonstrou no processo de orientação.

RESUMO

(Introdução) O trabalho resulta do interesse em pesquisar a intervenção dos assistentes sociais que atuam junto às mulheres que vivenciam situação de violência por parte de seus companheiros. **(Objeto de pesquisa)** De que forma os pressupostos teórico-metodológicos estão orientando a intervenção dos assistentes sociais junto às mulheres que vivenciam situações de violência por parte de seus companheiros? **(Objetivo)** Analisar a intervenção do assistente social a partir dos pressupostos teórico-metodológicos que estão orientando o trabalho profissional junto às mulheres que vivenciam situações de violência por parte de seus companheiros. **(Metodologia)** A pesquisa realizada está delineada como qualitativa do tipo exploratória e bibliográfica, caracterizada por entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas, dirigidas a 07 (sete) assistentes sociais que trabalham em programas, projetos ou serviços que atendem mulheres que estão vivenciando situações de violência. A seleção foi realizada através de contato telefônico com diversas instituições públicas e privadas que trabalham com esta problemática. A pesquisa foi realizada no período de julho a setembro de 2004. Entre os profissionais entrevistados, duas atuavam em escritórios sócio-jurídicos ligados a Universidades, uma em abrigo para mulheres em situação de violência e quatro em um centro de atenção à família em situação de vulnerabilidade doméstica e intrafamiliar. **(Conclusão)** Através deste estudo foi possível perceber que ocorreram avanços tanto no que tange ao debate, produções teóricas e implementação de programas, projetos ou serviços para as mulheres que vivenciam situações de violência, mas o Serviço Social, enquanto profissão, ainda precisa avançar no que se refere a intervenção frente a esta problemática, tanto na perspectiva de assumir com mais ênfase a discussão sobre relações de gênero, poder e violência contra a mulher, como na produção teórica sobre o fazer profissional dos assistentes sociais. **(Palavras-Chaves)** Violência Contra a Mulher, Intervenção Profissional, Dimensões da Profissão.

ABSTRACT

(Introduction) The work results of the interest in researching the social workers' intervention that act with women that live violence situations on the part of their companions. **(Research Object)** What forms the theoretical-methodological presuppositions are guiding the social workers' intervention with the women that live violence situations on the part of their companions? **(Objective)** To analyze the social worker intervention starting from the theoretical-methodological presuppositions, that are guiding the professional work together with the women that live violence situations on the part of their companions. **(Methodology)** The accomplished research is delineated as qualitative of the exploratory and bibliographical kind, characterized by semi-structured, with open questions, directed to 07 (seven) social workers that work in programs, projects or services that assist women that are living violence situations. The selection was accomplished through phone contact with several public and private institutions that work with this problematic situation. The research was accomplished in the period of July to September of 2004. Among the interviewed professionals, two acted in partner-juridical offices joined to Universities, one in shelter for women in violence situation and four in a center of attention to the family in situation of domestic and intrafamiliar vulnerability. **(Conclusion)** Through this study, it was possible to notice that happened progresses so much in what it refers to the debate, theoretical productions and implementation of programs, projects or services for the women that live violence situations, but the Social Service, while profession, still needs to advance in what it refers the intervention front to this problematic so much in the perspective of assuming with more emphasis the discussion about gender relationships, power and violence against the woman, as in the theoretical production about the professional work of the social workers. **(Key-Words)** Violence Against the Woman, Professional Intervention, Dimensions of the Profession.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

07

I - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM DEBATE NECESSÁRIO

21

1.1- Publicizando a questão da violência contra a mulher:
o papel do Estado e da sociedade civil
21

1.2. - Ampliando o debate sobre a violência contra a mulher:
aspectos conceituais 33

1.3. - Violência e relações de gênero: o poder em questão 44

II - O SERVIÇO SOCIAL E SUA INTERLOCUÇÃO COM A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 53

2.1. - O Serviço Social e a questão da violência contra a mulher:
um diálogo necessário 53

2.2. - As concepções dos assistentes sociais pesquisados em
relação à violência contra a mulher 58

2.3. - Os assistentes sociais diante da violência contra
a mulher: aportes teórico-metodológicos 73

2.4. - O trabalho dos assistentes sociais: cotidiano de limites,
possibilidades e lutas 87

CONSIDERAÇÕES FINAIS 101

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 108

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a intervenção do Serviço Social junto às mulheres que vivem situações de violência surgiu diante das angústias e indagações que se apresentaram no cotidiano do atendimento às mulheres que tinham seus esposos ou companheiros internados para tratamento da dependência química no SAT¹ - Serviço de Alcoolismo e Toxicomania do Hospital São Bernardo, localizado no município de Quilombo². Nossa atuação como assistente social neste serviço ocorreu no período de maio de 1999 a fevereiro de 2001 e tinha como objetivo principal atender às famílias dos pacientes que estavam internados para tratamento da dependência química

Na ocasião, a equipe de trabalho era composta por quinze profissionais, dentre os quais o assistente social que ficou com a responsabilidade de implantar o atendimento às famílias dos pacientes internados para tratamento. O atendimento do Serviço Social junto às famílias era realizado a partir de entrevistas individuais e tinha como objetivo conhecer a história e o contexto familiar, além de trabalhar com os familiares aspectos relacionados à dependência química, preparando o retorno do paciente para sua casa. Após dois meses de trabalho introduzimos as reuniões semanais com as famílias dos pacientes internados objetivando proporcionar às famílias dos pacientes internados para tratamento da dependência química um espaço de escuta e acolhimento.

¹ O Serviço de Alcoolismo e Toxicomania foi criado em maio de 1999, tendo como objetivo diagnosticar e tratar a dependência química através de trabalho com uma equipe interdisciplinar.

² O município de Quilombo está localizado no Oeste Catarinense, compondo a Microrregião Oeste de Santa Catarina. A população do município, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), censo de 2000, era de 12.471 habitantes, sendo 4.121 residentes na zona urbana e 8.345 na zona rural. A religião predominante, mesmo com o crescimento das religiões evangélicas nos últimos anos, é a Católica Apostólica Romana. Quilombo foi colonizado por descendentes de italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul.

Tanto nas entrevistas individuais como nas reuniões, observamos que as mulheres (esposas ou companheiras dos pacientes) que mais participavam e, em segundo lugar, a mãe; os demais membros da família, como pais, irmãos ou filhos, não compareciam com frequência, ou seja, geralmente quem assumia a responsabilidade pelo paciente eram as mulheres.

Durante os atendimentos individuais ou grupais, fomos constatando que essas mulheres, em sua maioria, vivenciaram ou vivenciavam algum tipo de violência (física, psicológica ou sexual) por parte de seus companheiros. Ao relatarem as situações de violência, nas suas falas apareciam conteúdos cercados por sentimentos ambivalentes. Em um primeiro momento elas conceituavam o marido como violento e responsável por todas as suas angústias, frustrações e sofrimentos; em outro, transformavam-no em um homem bom ou salientavam a necessidade que tinham de continuar com ele, em função dos filhos ou da sobrevivência, justificando assim a permanência na relação. A violência que vivenciavam era a problemática que mais aparecia em suas falas, seja no atendimento individual ou grupal.

No desempenho das atividades profissionais, é a partir da demanda dos usuários que devemos direcionar a nossa intervenção, pois são eles que colocam as suas necessidades. Mesmo a violência contra a mulher não sendo o objetivo inicial da proposta de intervenção com as famílias dos pacientes internados, era esta a demanda que se apresentava com maior destaque. Nas entrevistas ou nas reuniões com as famílias, as mulheres colocavam maior ênfase nas discussões relacionadas à violência contra a mulher, superando o problema da dependência química do companheiro, que era o principal objetivo das reuniões ou atendimentos individuais.

Nesta época, defrontamos-nos com uma séria questão: os conhecimentos que detínhamos enquanto assistente social em relação à

problemática eram insuficientes, para a compreensão e intervenção junto às mulheres que vivenciavam situações de violência. Outro aspecto que tivemos que considerar como um desafio foi a nossa disposição em trabalhar com esta problemática, pois além de não estarmos preparados este não era o objetivo do SAT. Num primeiro momento, resistimos e procuramos “desviar-nos” das evidências que se apresentavam, ou seja, as mulheres queriam falar sobre as suas necessidades, mas não nos sentíamos preparada para ouvi-las. Continuávamos tendo como objetivo trabalhar o retorno do paciente para sua casa, porém nossa resistência aos poucos foi vencida e passamos a buscar subsídios na literatura, que nos possibilitassem a compreensão da violência contra a mulher.

Outro aspecto que nos causava incômodo era as supervisões realizadas pelo médico psiquiatra, que, como coordenador, supervisionava as atividades desenvolvidas por todos os membros da equipe interdisciplinar. Todos os profissionais da equipe tinham, em seus cronogramas de atividades, horários para discutir suas intervenções. O Serviço de Alcoolismo e Toxicomania tinha previsto no projeto inicial uma intervenção com base nos conhecimentos psicanalíticos³, tanto para o paciente como para os seus familiares. O médico psiquiatra detinha uma formação psicanalítica e orientava o trabalho nesta perspectiva. Isto acabou gerando, por diversas vezes, um sentimento de impotência, diante da nossa falta de clareza para contrapor algumas questões. Acreditamos que vários motivos contribuíram para que isto ocorresse, mas consideramos como principais: o pouco domínio dos conteúdos psicanalíticos e a resistência em aprofundá-los; a fragilidade teórica e metodológica na intervenção do assistente social junto a esta problemática. Estes aspectos acabavam contribuindo para a não confrontação de posições durante as supervisões.

³ A intervenção era baseada na compreensão do comportamento através da interpretação de conteúdos inconscientes reprimidos pelo paciente (projeto Ala Psiquiátrica Albino Ângelo Sponchiado, 1999)

Estas angústias, aliadas a outras, levaram-nos à procura de fundamentação teórica que subsidiasse a intervenção do assistente social nesta temática. Deparamo-nos com uma realidade angustiante, pois são praticamente inexistentes produções que traduzam o fazer profissional do assistente social, principalmente junto a temáticas como: alcoolismo e violência contra a mulher. Nossa busca foi no sentido de encontrar discussões e aprofundamentos relacionados às necessidades postas no dia-a-dia da profissão, equacionando-as com a conjuntura sócio-cultural colocada em cena. Constatamos que existiam, apesar de número reduzido, algumas discussões teóricas sobre a violência contra a mulher que foram produzidas por assistentes sociais, porém pouca reflexão metodológica abordando o fazer profissional. A revista “Serviço Social e Sociedade”, editada pela editora Cortez, principal publicação na área do Serviço Social, dispunha de raríssimos textos sobre o assunto e a intervenção não era problematizada.

Em setembro de 2001, passamos a atuar no Escritório Sócio-Jurídico da Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ, localizada no município de Chapecó⁴ – SC, na função de supervisora de estágio dos acadêmicos de Serviço Social. O Escritório Sócio-Jurídico – ESJ- é um projeto permanente de extensão universitária que tem o objetivo de proporcionar estágio para acadêmicos dos cursos de Serviço Social, Direito e Psicologia, através da prestação de serviços à comunidade. O público alvo do projeto é composto por famílias com uma renda familiar de até três salários mínimos mensais.

Nesse novo campo de atuação, constatamos que a maior parte das demandas atendidas estava relacionada com conflitos familiares, sendo o

⁴ O município de Chapecó está localizado no Oeste Catarinense, compondo a Microrregião Oeste de Santa Catarina. A população do município, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), censo de 2000, era de 146.534 habitantes, sendo 12.324 residentes na zona rural. A área territorial é de 624,30 km².

conflito conjugal predominante nas intervenções realizadas pelos estagiários de Serviço Social. Nos casos em que o problema apresentado era o conflito conjugal, em sua maioria, a violência contra a mulher estava presente, mesmo que de forma implícita. As mulheres constituem o público atendido em maior número pelo Escritório Sócio-Jurídico.

Algumas procuram o serviço com o objetivo de “dar um susto no companheiro”, acreditando que ele, sendo abordado por uma autoridade, como por exemplo: delegado, juiz ou advogado, poderá modificar sua “conduta agressiva”. Outras, no primeiro atendimento realizado pelos estagiários de Serviço Social, salientam que a separação é o único caminho, pois estão cansadas de serem agredidas pelo companheiro. Elas geralmente relatam outras tentativas que já fizeram na perspectiva de solucionar o problema como: registros de boletins de ocorrências nas Delegacias de Polícia, saídas de casa retornando após o companheiro prometer mudar, dentre outras. Na rotina do Escritório Sócio-Jurídico está estabelecida que a outra pessoa envolvida no conflito deve ser chamada no segundo atendimento, tendo o objetivo de proporcionar o diálogo entre o casal, encaminhando da melhor forma a solução do conflito.

Não raras vezes, no segundo atendimento, a mulher volta sozinha e comunica que resolveu aguardar para encaminhar a separação, pois o companheiro garantiu que mudaria. Em outras, ela volta na companhia dele e, no atendimento, resolve que “vai dar-lhe outra chance” e salienta que voltará caso ele não cumpra o prometido. São difíceis os casos em que a mulher que sofre violência permanente decide pela separação, com a concordância ou não do companheiro. Geralmente as histórias de violência são constantes e o chamado ciclo da violência já está consolidado, quando elas procuram auxílio.

A responsabilidade que nos era atribuída, como supervisora de estágio, levou-nos novamente à busca de subsídios teóricos para a orientação dos estagiários no atendimento à problemática da violência contra a mulher. Identificamos um número significativo de Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social produzidos pelos acadêmicos da UNOCHAPECÓ, que trabalharam e estão trabalhando sobre a violência contra a mulher, mas nenhum deles problematizava ou discutia a intervenção profissional do assistente social.

Estas foram algumas das discussões e indagações que motivaram a delimitação do problema de pesquisa: de que forma os pressupostos teórico-metodológicos estão orientando a intervenção dos assistentes sociais junto às mulheres que vivenciam situações de violência por parte de seus companheiros?

Para tanto, o objetivo proposto na pesquisa foi: analisar a intervenção do assistente social a partir dos pressupostos teórico-metodológicos que estão orientando o trabalho profissional junto às mulheres que vivenciam situações de violência por parte de seus companheiros.

O caminho metodológico seguido para alcançar os objetivos propostos e realizar o estudo foi a pesquisa qualitativa, uma vez que:

[...] responde a questões muito particulares. Ela preocupa-se, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes [...] (MINAYO, 2000, p. 21-2).

No contato direto com os sujeitos da pesquisa, tivemos a oportunidade de ouvir suas angústias, indagações e preocupações, tendo como eixo norteador à intervenção profissional. A pesquisa qualitativa não

tem apenas a preocupação em estabelecer índices, mas também conhecer as experiências dos informantes ou, conforme MARTINELLI (1999, p. 25):

No que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa.

Além do aspecto qualitativo, a pesquisa realizada está delineada como do tipo exploratória e bibliográfica. Sendo que a pesquisa bibliográfica, para Köche (2002), é utilizada na ampliação do grau de conhecimento em uma determinada área, capacita o pesquisador na compressão do problema pesquisado. A partir do domínio do conhecimento, o pesquisador terá base para a fundamentação, descrição e sistematização do objeto de investigação, enquanto que a pesquisa exploratória caracteriza-se como “[...] o levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização quantitativa ou qualitativa” e também tem como objetivo “[...] descrever ou caracterizar a natureza das variáveis que se quer conhecer” (KOCHE, 2002, p.126).

Uma pesquisa “exige” a seleção de instrumentos adequados visando atingir os objetivos do projeto, cabendo ao pesquisador a escolha, sempre considerando a viabilidade. Os instrumentos escolhidos para a realização da pesquisa foram: entrevista, pesquisa documental e observação.

A entrevista foi o instrumento utilizado de forma privilegiada na coleta de dados. Conforme Minayo (2000, p.57), a entrevista é o procedimento mais utilizado no trabalho de campo. Através dela o pesquisador procura obter as informações contidas nas falas dos atores sociais. Ela não é neutra, e pode ser realizada de forma individual ou coletiva. Para a autora, as entrevistas, de modo geral, podem ser estruturadas ou semi-estruturadas.

Ainda sobre a entrevista, NETO (2000, p.57) destaca que ela é:

[...] o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito/objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

A opção foi trabalhar com a entrevista semi-estruturada que “[...] consiste numa série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento” (LAVILLE & DIONNE 1999, p.188). A entrevista semi-estruturada orientou-nos na investigação do objeto de pesquisa, uma vez que os sujeitos da pesquisa puderam responder livremente às questões, sendo realizadas algumas indagações quando as respostas não ficavam claras ou suscitavam alguma informação importante e que não constava no roteiro de perguntas.

As entrevistas foram agendadas antecipadamente com os profissionais e realizadas nos seus locais de trabalho. As entrevistas ocorreram no período de julho a setembro de 2004. A partir da autorização dos mesmos, as falas foram gravadas para posterior transcrição e análise dos dados. O número de fitas gravadas foi sete, tendo um tempo médio de duração de 50 minutos cada entrevista. Após a transcrição, o texto foi devolvido aos sujeitos da pesquisa para lerem os seus relatos. O objetivo era verificar a concordância ou não com o que tinha sido transcrito. O entendimento foi que durante a realização das entrevistas algumas idéias poderiam não ter ficado claras, comprometendo a análise. Apenas dois profissionais alteraram algumas falas, destacaram que não era aquela a idéia que gostariam de ter repassado em algumas questões.

Outra técnica prevista no projeto de pesquisa para ser utilizada na coleta de dados era a pesquisa documental que, na definição de GIL (1991,

p.51), “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Foi proposto como metodologia de pesquisa a análise dos projetos e os relatórios dos atendimentos realizados pelos assistentes sociais, sujeitos da pesquisa, porém não foi possível devido a alguns motivos como: o curto espaço de tempo, alguns profissionais não tinham a documentação organizada e a elaboração dos relatórios não era prioridade em virtude da falta de tempo; relatórios e documentos incompletos; acesso dificultado pela falta de tempo em permanecer na instituição pesquisando e não ser permitida a reprodução para análise posterior. Considerando a pesquisa documental como complementar na coleta de dados e acreditando que através das entrevistas foram obtidas informações suficientes para responder aos objetivos elencados no projeto, optamos pela leitura de relatórios e documentos institucionais para conhecer as instituições e suas dinâmicas, não realizando a análise desses.

Durante o trabalho de campo foi utilizado o diário de campo como instrumento para o registro das informações obtidas na coleta de dados. Considerando como informações não somente os dados objetivos, mas as preocupações, curiosidades, sentimentos do próprio pesquisador, avaliações e mudanças de estratégias, que ocorreram no campo de pesquisa.

O trabalho de campo, em síntese, é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho” (NETO, 2000, p. 64).

A definição do lócus de pesquisa, num primeiro momento, tinha o objetivo de identificar instituições que trabalhavam com a violência contra a

mulher e que possuísem profissionais assistentes sociais em seus quadros. Os contatos abrangeram as Delegacias de Proteção à Mulher, a Criança e ao Adolescente⁵ localizadas no Estado de Santa Catarina, num total de doze. Em seguida, reportamo-nos ao Estado do Rio Grande do Sul e Paraná, mais precisamente o contato foi realizado com as Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres - DEAM's-, localizadas nos município de Canoas e Porto Alegre. No Estado do Paraná os contatos ocorreram com as DEAM's das cidades de Londrina e Curitiba. Não encontrando assistentes sociais atuando em nenhuma dessas instituições, a busca foi redimensionada para outros locais.

Posteriormente, os contatos foram realizados com instituições e profissionais do Poder Público Municipal de diversos municípios⁶. O objetivo era identificar os assistentes sociais que estivessem trabalhando em serviços, programas e projetos que atendessem às mulheres que estavam vivendo situações de violência. Houve dificuldades, pois alguns trabalhos localizados não contavam com assistentes sociais intervindo diretamente, ou seja a atuação destes profissionais ocorria mais como um suporte para encaminhamentos. Um ponto a ser ressaltado é que a maioria dos serviços conta com o profissional de Psicologia atuando, fato presente também nas Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres.

Esse foi um limite encontrado para definir o número de assistentes sociais, sujeitos da pesquisa, ou seja, identificar aqueles profissionais que estão trabalhando diretamente com as mulheres que vivenciam situações de

⁵ Denominação utilizada no Estado de Santa Catarina, sendo encontradas outras terminologias em diferentes nos estados brasileiros. Para fins deste trabalho, utilizaremos a denominação Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres ou a sigla DEAM's.

⁶ Os municípios contatados foram: Blumenau, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Joinville, Lages, Concórdia, Palhoça, Porto Alegre, Canoas, Londrina e Curitiba. Num primeiro momento por serem os maiores do Estado de Santa Catarina, exceto Palhoça que foi em razão de informações obtidas de que haveria uma assistente social trabalhando na Delegacia de Polícia. Os municípios do Paraná (Curitiba e Londrina) e Rio Grande do Sul (porto Alegre e Canoas) foram escolhidos aleatoriamente. O contato foi realizado não somente com as Delegacias, mas também com os Fóruns de Justiça e Prefeituras Municipais.

violência por parte de seus companheiros. Interessante, neste momento de exploração do campo de pesquisa, foi identificar que parcela significativa dos assistentes sociais tem ou teve contato com mulheres que viviam situações de violência, no entanto é reduzido o número daqueles que têm sua atuação voltada diretamente para essa problemática específica.

Depois de exaustivo levantamento nos três estados da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), o universo de pesquisa ficou delimitado em (07) sete assistentes sociais: sendo uma do Estado do Rio Grande do Sul e seis do Estado de Santa Catarina.

Como já citado, foram sete os assistentes, sociais sujeitos da pesquisa, dentre estes profissionais 01 (um) era homem⁷. O que demonstra que a sociedade ainda não superou a idéia de que algumas profissões ou atividades são de responsabilidade das mulheres. Os sujeitos da pesquisa podem ser considerados jovens, a faixa etária se concentra entre 28 e 39 anos; isso significa que poderão permanecer no mercado de trabalho por um longo período, demandando investimento na qualificação desses profissionais. Entre os entrevistados, não existe uma convergência quanto ao ano de término da graduação. Três dos entrevistados se graduaram sob a orientação das diretrizes curricular aprovadas pela ABESS, em 1996; os demais, cursaram a graduação sob a vigência do Currículo Mínimo de 1982. Outro aspecto interessante de ser observado, é de que apenas dois assistentes sociais cursaram a graduação em Universidades públicas, o que significa que as instituições privadas foram as responsáveis pela formação da maioria dos profissionais entrevistados, sendo os cursos oferecidos no período noturno. O tempo de exercício profissional das entrevistadas varia de 01 ano a 16 anos e seis meses. O período de trabalho na instituição variou de 01 ano a 10 anos, tendo uma concentração maior no número de

⁷ Embora que a maioria dos sujeitos entrevistados tenham sido mulheres, para manter em sigilo a identidade dos mesmos, optamos por padronizar os sujeitos mencionados no masculino.

profissionais que ainda não completaram 02 anos na instituição, num total de 04 assistentes sociais. Em relação à formação continuada, todos os profissionais entrevistados na pesquisa demonstraram preocupação e compromisso. Apenas um assistente social ainda não havia realizado curso de especialização e dentre os outros seis profissionais dois concluíram o mestrado e outro está cursando. Todos realizaram cursos de aperfeiçoamento profissional. A formação continuada parece ser um compromisso dos profissionais, o que pode garantir a qualidade nos serviços prestados aos usuários.

Através das falas dos sujeitos da pesquisa, procuramos verificar a concepção que tem orientado a intervenção destes profissionais no cotidiano de atendimento às mulheres em situação de violência.

Em relação aos dados, de acordo com MARSIGLIA (2001,p.32), “[...] a ‘análise’ é um processo de descrição dos dados obtidos e [...] a ‘interpretação’ é um processo de reflexão sobre o que está escrito, à luz de conhecimentos mais amplos”.

A análise dos dados da pesquisa de campo teve o objetivo de responder ao problema de pesquisa proposto. Muitos dados foram recolhidos, mas tiveram que ser selecionados para atender ao objetivo deste trabalho. Procuramos utilizar o máximo dos conteúdos extraídos das entrevistas, nas reflexões e não somente os fragmento apresentados neste trabalho, como fala dos entrevistados.

O trabalho, porém não tem a intenção de realizar críticas pessoais ou procurar quem está certo ou errado, e sim refletir sobre a profissão, tendo como objetivo principal contribuir na construção ou reconstrução de propostas profissionais.

As informações obtidas foram lidas, ordenadas e classificadas, considerando o referencial teórico, o problema de pesquisa e os objetivos da

pesquisa. Os dados obtidos através das entrevistas, as leituras realizadas e as reflexões que fomos construindo ao longo do trabalho, levaram-nos a estruturá-lo em dois capítulos.

Para tanto, no Capítulo I, é realizado um resgate histórico sobre as conquistas que as mulheres obtiveram diante da problemática da violência contra a mulher, assim como uma discussão teórica sobre a violência contra a mulher, relações de gênero e relações de poder.

No Capítulo II, buscamos através das falas dos assistentes sociais entrevistados refletir sobre a intervenção profissional junto às mulheres que estão vivendo situações de violência, procurando conhecer os aportes teóricos-metodológicos que estão orientando a prática dos assistentes sociais nos serviços e programas pesquisados.

Nas considerações finais, apresentamos as conclusões às quais conseguimos chegar ao término deste trabalho, tendo clareza de estas que são parciais, pois o processo de conhecer não é definitivo.

I – VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM DEBATE NECESSÁRIO

1.1. - PUBLICIZANDO A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL

Pensar de que forma os pressupostos teórico-metodológicos estão orientando a intervenção dos assistentes sociais junto às mulheres, que vivenciam situações de violência por parte de seus companheiros, remete-nos a buscar na história da sociedade elementos para compreender qual foi o papel da sociedade civil e do Estado frente à problemática.

Como já abordado anteriormente, a violência contra a mulher não é um fato novo na história da humanidade. Poderíamos citar inúmeros registros das diversas formas de violência e discriminação a que foram submetidas as mulheres nos diferentes períodos históricos e nas várias formas de sociedades. Porém, para fins deste trabalho, iremos nos restringir a um período mais recente da história. O ponto de partida para nossas discussões será o final da década de 1970. Foi neste período, no Brasil, que a violência contra a mulher passou a ter visibilidade pela a sociedade como um problema presente no cotidiano de milhares de mulheres, deixando de ser um tema restrito à esfera privada. Isto não ocorreu por acaso, o país estava vivendo um momento importante, era o chamado processo de “redemocratização” e as mulheres, assim como outros segmentos da sociedade, buscavam espaços para discussões e trocas de experiências.

As décadas de 1970 e 1980, no Brasil, foram inovadoras no que se refere a discussões e denúncias em relação à violência contra a mulher. Através de movimentos organizados, centenas de mulheres saíram às ruas para manifestar seu repúdio diante das situações de violência e opressão que vivenciavam no espaço doméstico, reivindicando a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Nesse mesmo período e quadro proliferam no país várias formas de organização das mulheres; são pequenos grupos de variadas tendências feministas. Esses núcleos basicamente de mulheres de classe média levantam temas até então ausentes dos debates políticos no Brasil. Eles falam sobre dupla jornada de trabalho, saúde, sexualidade, aborto, violência sexual e sobretudo conjugal (HEILBORN, 1996, p. 92)

A violência contra a mulher, enquanto objeto de denúncia, não é recente, mas o esforço para combatê-la e preveni-la ocorre com grande mobilização a partir dos anos 1980, quando o tema passa a fazer parte da luta dos grupos feministas e passa a incorporar o debate público. Até então a mulher brasileira mantinha em silêncio a violência que lhe era infligida geralmente dentro de sua casa e praticada por alguém com quem ela mantinha ou manteve uma relação afetivo-conjugal. Constata-se, nesse período, uma profunda contradição em relação à violência contra a mulher, pois de um lado centenas de mulheres foram espancadas, presas e torturadas pelo regime militar sofrendo toda forma de violência “escancarada”, no intuito de defender a vida dos filhos, maridos ou pais e por outro lado, milhares de mulheres omitiam e silenciavam sobre a violência que vivenciam dentro de suas residências.

O movimento feminista, nessa época, demonstrou, principalmente através de denúncias, que a violência contra a mulher era uma construção histórica e não algo natural, não sendo parte integrante da natureza humana, podendo desta forma ser desconstruída.

Com certeza a violência contra a mulher integra um sistema mais amplo de opressão que está presente na sociedade, é parte constituinte de uma problemática complexa, envolvendo um universo de valores e significados.

[...] violência tem história, é algo que se transforma historicamente, assim como é importante perceber que há uma história do que é considerado crime. Essas histórias nos permitem ter acesso a uma compreensão da conflitualidade, das formas de organização do poder em cada sociedade. É esta uma história pouco contada, pouquíssimo pesquisada (SCHILLING, 2002, p.57).

Em decorrência dessas lutas no final dos anos de 1970 e início da década de 1980, a violência contra a mulher passou a ser publicizada no cenário brasileiro, com o slogan: “Quem ama não mata”. Este passou a ser usado como uma bandeira de luta no “combate” à violência contra a mulher. Os grupos feministas foram os principais responsáveis pelas mobilizações ocorridas contra os homicídios de mulheres da classe média pelos seus companheiros, crimes justificados pela tese de defesa da honra. Nessa época, dois assassinatos de mulheres tiveram repercussão nacional, sendo estes os de: Ângela Diniz (Minas Gerais) e de Eliane de Gramont (Rio de Janeiro)⁸. Esses crimes serviram para denunciar a realidade de milhões de mulheres que estavam submetidas a situações de violência por parte de seus companheiros ou ex-companheiros.

⁸Ângela Diniz foi assassinada por seu companheiro, o milionário Doca Strett e Eliane de Grammont, pelo cantor Lindomar Castilho. Os dois crimes marcam essa época, sendo que um deles foi praticado por alguém da alta sociedade e o outro ocorreu na classe média brasileira.

O movimento feminista⁹ teve um papel importante no que tange a luta por políticas sociais para as mulheres. Num primeiro momento, a atuação das feministas esteve ligada à perspectiva de denunciar a violência contra a mulher, e num segundo momento desenvolveu ações buscando garantir o atendimento e o apoio através de serviços específicos para as mulheres que viviam situações de violência.

Em função de toda a mobilização e envolvimento das mulheres, em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, como um órgão consultivo e sem caráter executivo cujo principal objetivo é promover políticas sociais para as mulheres no sentido de eliminar qualquer tipo de discriminação e garantir condições de igualdade para o exercício da cidadania. Este Conselho exigiu a modificação da legislação, que discriminava as mulheres, e apresentou propostas para a Constituinte de 1988, utilizando como slogan a seguinte frase: “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher”. Também trabalhou na perspectiva de garantir maior apoio para as delegacias especializadas no atendimento às mulheres. Segundo Stampacchio (1995), o Conselho funcionou até 1989, quando seus trabalhos foram interrompidos em razão de pressões políticas conservadoras. O órgão foi perdendo espaço até ser desarticulado pelo ministro da justiça, com a complacência de José Sarney, presidente em exercício naquela época.

Outra contribuição do movimento feminista, no final dos anos de 1980, foi a criação dos SOS Mulher¹⁰ em alguns estados brasileiros. Esta iniciativa pode ser interpretada como uma resposta de repúdio em relação a

⁹Ao optar pelo termo movimento feminista, reconhecemos a existência de diferentes perspectivas/tendências no interior do mesmo, contudo, como não temos o objetivo de aprofundar aqui esta discussão, sugerimos consultar: Sardemberg e Costa na obra *Femininos, Feministas e Movimentos Sociais*. In: *Mulher e relações de gênero*. São Paulo:1984.

¹⁰Os SOS's-mulher foram serviços criados por feministas em diferentes lugares do Brasil, tendo como objetivo atender às mulheres em situação de violência. A obra *“Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista”*, de Maria Filomena Gregori (1992), retrata a contribuição do movimento feminista na criação dos SOS-mulher.

violência cometida contra as mulheres. Seguindo um percurso de luta pela garantia de direitos e cobrando do Estado o seu papel foram criadas as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher – DEAM¹¹. O Estado de São Paulo foi pioneiro na criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, seguido pelo Rio de Janeiro.

Em relação aos SOS-mulher, Gregori (1992) destaca que estes foram as primeiras tentativas de implantação de serviços de atendimentos desenvolvidos no combate a violência contra a mulher. Os serviços tinham o objetivo de prestar atendimentos jurídicos, psicológicos e sociais às mulheres vítimas de violência. Os SOS's trabalhavam na perspectiva de estabelecer vínculos entre as militantes feministas e as mulheres vítimas de violência, acreditando ser possível que as mulheres violentadas superassem esta condição através do feminismo. A autora ainda destaca que o SOS reunia representantes de diferentes grupos feministas, com posições políticas e ideológicas distintas, provocando não raras vezes conflitos entre as integrantes. O trabalho era desenvolvido por feministas voluntárias. Os SOS's ofereciam serviços de plantões de recebimento de denúncias e atendimentos de cunho educativo.

Com o passar do tempo, a experiência dos SOS's-mulher veio demonstrar uma contradição entre os objetivos das mulheres que procuravam o serviço e o que as feministas almejavam alcançar.

A contradição foi demonstrada por uma parcela significativa das integrantes do movimento feminista, pois acreditavam que as mulheres deveriam se libertar da dominação do homem através do feminismo. Enfrentavam um grande problema porque, na maioria das vezes, não era o fim do relacionamento que as mulheres buscavam, mas uma forma de fazer

¹¹Esta denominação é utilizada no Rio de Janeiro. Em São Paulo o serviço atende pelo nome de Delegacia de Defesa da Mulher, sendo encontradas outras denominação em diferentes estados brasileiros. No Estado de Santa Catarina, o órgão é denominado Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente, conforme já citado.

com que o companheiro parasse de agredi-las ou que lhe fosse chamada a atenção. Mesmo apresentando um descompasso entre o que desejavam as mulheres em situações de violência e as feministas, as experiências dos SOS's-mulher foram significativas para fomentar o debate e propor ações no combate à violência contra a mulher.

Outro obstáculo encontrado pelos SOS's-Mulher estava relacionado ao atendimento destinado pelos delegados às mulheres, quando estas procuravam as delegacias gerais para denunciar a violência sofrida. Para Teles (1999), os delegados costumavam abordar as agressões como simples casos de desavenças familiares e, não raras vezes, sugeriam que a mulher poderia ser a culpada por não ter realizado algo que o homem desejava; por exemplo não ter preparado a comida como ele gostava ou vestido alguma roupa que o companheiro tivesse considerado inadequada.

A pressão exercida pelo movimento feminista foi decisiva na criação e instalações das DEAM - Delegacias Especializada no Atendimento às Mulheres-, propiciando um local apropriado para formalizar as denúncias de violência. A instalação de Delegacias Especializadas para as Mulheres era justificada, pois quando as mulheres procuravam uma delegacia geral para registrar a violência passavam por outras formas de humilhações e constrangimentos, levando-as muitas vezes a desistir ou não retornar em outros momentos para novas denúncias.

A característica do atendimento policial era a falta de interesse em registrar a ocorrência e processá-la criminalmente, tanto nos casos de violência conjugal, quando as mulheres eram aconselhadas pelos delegados a refletirem sobre o que havia acontecido e pensar “se elas não haviam provocado a agressão”, quanto nos casos de violência sexual, quando os constrangimentos eram ainda maiores e não raro a culpa pelo ocorrido era atribuída à própria vítima, que não teria se comportado direito ou tinha se vestido de modo inadequado (IZUMINO,1998,p.34).

Acreditava-se que esses fatores contribuíam para o número reduzido de denúncias das agressões vivenciadas pelas mulheres, dificultando a visibilidade do problema para a sociedade. A hipótese não estava errada, mas a implantação das DEAM's, mostrou que existiam outras variáveis significativas que precisavam ser consideradas. Mesmo sendo as delegacias para as mulheres um espaço interessante e que deve ser defendido como parte de uma rede de proteção, precisam ser considerados os problemas que afetam e interferem no seu funcionamento.

Depois de quase duas décadas de criação da primeira DEAM's, a falta de condições de funcionamento em razão da carência de recursos materiais e de pessoal especializado continua fazendo parte do cotidiano. A implantação de delegacias para mulheres em mais municípios é uma necessidade, sendo parte integrante da luta pela defesa e garantia de direitos para as mulheres que estão vivenciando situações de violência; porém não basta a criação de novas unidades do serviço, pois apenas isto não significa atendimento com qualidade, respeito e dignidade para as usuárias.

Camargo & Aquino (2003, p.48) destacam o crescimento no número de delegacias para mulheres nos últimos anos. Em 1996, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por ocasião do lançamento da primeira versão do Termo de Referência para Implantação de Casas-Abrigo, relatou a existência de 172 Delegacias Especializadas, e o número de abrigos para mulheres era inferior a 10. No ano de 2003, o país contava com 339 Delegacias e 75 casas-abrigo.

A criação das Delegacias Especializadas significou avanços, porém a falta de apoio e estrutura nos serviços vem contribuir para a precariedade na qualidade dos serviços prestados e, muitas vezes, para a falta de comprometimento dos profissionais com o trabalho desenvolvido.

A Delegada Suzana Maria Ferreira, da seccional de Monte Aprazível-SP, em um depoimento por ocasião do Seminário Nacional Preparatório para a Conferência de Pequim, no tema violência contra a mulher (1994), destacou que:

[...] na verdade, as DEAM's já nasceram discriminadas. A primeira foi criada em 1985 [...] Neste momento começou a surgir a discriminação das mulheres, porque nossos colegas passaram a ver na aprovação das delegadas e na criação das DEAM's uma perda de espaço [...] A DEAM não é uma luta das delegadas de polícia. A DEAM é fruto do movimento de mulheres [...] Só que o movimento de mulheres não passou às delegadas a importância desta luta [...] (CAMARGO & AQUINO, 2003, p.41).

As DEAM's foram pensadas como um local especializado no atendimento às mulheres que estavam vivenciando situações de violência. O seu quadro de funcionários deveria ser composto por mulheres que trabalhariam não apenas no combate, mas também na prevenção da violência contra a mulher. Izumino (1998) coloca que a abertura das delegacias especializadas exigiu que o atendimento às mulheres, que tinha um caráter militante, assumisse um tom profissional, o que vem se tornando constante objetivo a ser alcançado.

A fragilidade na compreensão do problema da violência contra a mulher como resultado de relações que são construídas socialmente, e que esta construção “tem sido usada milenarmente para dominar, para fazer a mulher acreditar que seu lugar na sociedade é de estar sempre submissa ao poder masculino, resignada, quieta, acomodada [...]” (TELES & MELO, 2002, p.13), tem levado muitas vezes os profissionais, neste caso ligados ao setores policiais e judiciais, a ignorarem as denúncias que são feitas pelas mulheres sobre a situação de violência vivida. O despreparo dos serviços que têm o objetivo de atender a essas mulheres acaba reforçando e legitimando a discriminação contra a mulher, como podemos constatar

através do depoimento de um assistente social, entrevistado durante a nossa pesquisa:

Por exemplo, se a mulher vai lá na Delegacia da Mulher fazer um boletim de ocorrência, aquela agressão ali na cara dela, aquele hematoma não pode ser visto somente por aquilo, tem todo um processo que foi construído. [...] Eu acho que a família necessita de uma atenção, que o homem também tenha uma atenção, que a gente tem que trabalhar com essa perspectiva. Porém outras instituições acham que, simplesmente o papel delas é registrar o boletim de ocorrência e simplesmente deixar a situação como está. Mandar a mulher pra casa de volta pra levar um tiro ou ser assassinada pelo companheiro? Não interessa! Entendeu? Não é dado nenhuma orientação pra ela. A delegacia da mulher que a gente tem é uma parte bem complicada (Assistente Social 06).

A abertura das Delegacias Especializadas possibilitou às mulheres, principalmente das camadas mais pobres, o acesso a um local para denúncias, porém a solicitação delas nem sempre fica evidente. A expectativa das mulheres nem sempre é de que o agressor seja punido, pois na maioria das vezes elas não têm a percepção da violência como um crime, mas esperam que a autoridade, no caso o delegado, venha a regular as relações domésticas da família.

Apesar de terem sido criadas mais Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher durante a década de 1990, a “Pesquisa Nacional sobre Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAM’s)”, que foi realizada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos/Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em parceria com outros órgãos do Governo Federal, não revelou um quadro muito animador.

A pesquisa demonstrou que em 1993 o Brasil contava com 125 delegacias, tendo aumentado este número para 307 até o ano 1999. Mesmo tendo ocorrido um crescimento na oferta deste serviço, o número ainda é

insuficiente, considerando que o país possui aproximadamente 5.500 municípios. Os resultados obtidos com a pesquisa são preocupantes, como podemos constatar no informe da Redesaúde:

Apesar de executarem funções que extrapolam o cotidiano policial (aconselhamento, mediação e conciliação, apoio comunitário, palestras), a estrutura de recursos humanos é precária: 60% das delegacias não possuem assistentes sociais e/ou psicólogos/as. Em termos de estrutura física e tecnológica, a situação é crítica: 32% das DEAM's não dispõem sequer de armas de fogo, 20% não têm linha telefônica convencional direta, 19% não possuem viaturas e 79% não tem coletes à prova de bala. No cotidiano 73,8% das delegadas reclamam da precariedade de recursos humanos e tecnológicos para geração de informação, 53,2% afirmam não dispor de policiais especializados no trato da violência contra as mulheres, 46,2% informam a falta de estrutura física adequada e 61,8% reclamam da falta de informação a respeito da prática adotada pelas DEAM's (www.redesaude.org.br/dossies)

Mesmo assim, a criação das Delegacias Especializadas tem um papel positivo no que se refere ao estímulo no aumento de denúncias, porém diversos limites ainda são colocados no cotidiano desse serviço. A falta de rede de apoio para que as mulheres pudessem ser encaminhadas e de profissionais capacitados são as principais dificuldades no trabalho das delegacias.

O descaso com relação ao trabalho enfrentado pelas DEAM's, assim como com as políticas sociais para as mulheres não é resultado de um mero acaso. Mediações precisam ser estabelecidas para compreender que, mesmo a luta por efetivação de direitos para as mulheres obtendo avanços, o Estado, principalmente no que tange ao poder executivo, é dirigido pela ótica masculina. Esta idéia é ilustrada por BLAY (1999, p.138): “[...] o poder executivo, essencialmente dirigido por homens e por uma cultura masculina, inconsciente das discriminações de gênero e desprovido de pressões dos movimentos de mulheres, ignorou as políticas públicas que evitariam problemas essenciais [...]”.

A existência das Delegacias, por si só, não consegue garantir o atendimento e o suporte necessário às mulheres que vivem situações de violência por parte de seus companheiros. São necessários outros serviços, programas e projetos, como por exemplo: casas de acolhimento ou abrigos para que as mulheres possam receber auxílio especializado e não sejam discriminadas, além de serviços jurídicos onde elas possam ter acesso às informações sobre os seus direitos.

Apesar de ocorrerem avanços, seja na área da política social, nas legislações e na própria forma de ver e pensar a violência contra a mulher - podendo ser observados através de ações, alterações em algumas leis e a preocupação em realmente dispor de uma política social que agregue diversos ângulos, dentre eles a atenção e a proteção para as mulheres e “punição” dos agressores -, estas conquistas ainda são frágeis e têm se pautado em ações pontuais e fragmentadas.

Em janeiro de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A Secretaria assumiu status de Ministério e tem como função elaborar, articular e executar políticas direcionadas à igualdade de gênero. Um dos principais serviços que está sendo viabilizado por essa Secretaria tem sido a construção de abrigos/casas de apoio. Os abrigos são parte integrante do “Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher”, proposto pelo poder executivo federal em parceria com os municípios.

Os abrigos ou casas de apoio são outro tipo de serviço que deve estar presente na constituição de uma rede de atendimento para mulheres em situação de violência.

GROSSI (1994, p.476) compreende que:

[...] os albergues tendem a se consolidar quando são encarados como um lugar de reflexão e recuperação da auto-estima das mulheres que os procuram sem alimentarem a expectativa de separação definitiva dos companheiros e maridos agressores, como acontecia nos SOS.

O grande desafio no enfrentamento da violência contra a mulher é a efetivação de uma rede de serviços para atender às mulheres que vivem situações de violência, agregando os diferentes serviços, programas e projetos visando consolidar uma política social de atendimento. São necessários investimentos e interesses políticos na perspectiva de superar as ações fragmentadas e pontuais que existem no atendimento às mulheres que vivem situações de violência doméstica. Os serviços existentes ainda não conseguem atender às mulheres de forma integral, conforme foi identificado na pesquisa realizada nos três municípios e expressado na fala de um dos entrevistados:

Não tem parcerias com a rede de atendimento. Conseguimos mais articulação com a rede da saúde; com a assistência social é difícil, às vezes se consegue alguma coisa. Procuro sempre o centro comunitário do bairro para encaminhar as mulheres. Com a Fundação para o encaminhamento das famílias para o programa de renda mínima, a relação é boa com eles. A educação no que diz respeito à creche e programas sócio-educativos é difícil de articular. Com a habitação não se consegue estabelecer relações. No fundo a rede não funciona. Portanto, acaba se inventando coisas daqui e dali para atender às mulheres (Assistente Social 02).

As dificuldades presentes no cotidiano dos assistentes sociais, em razão de não haver uma rede de proteção para as mulheres atendidas, acabam ocasionando outros tipos de relações, que extrapolam o âmbito profissional, e gerando uma situação com características de “compadrio”. Quando os assistentes sociais necessitam articular algum dos serviços oferecidos, acabam acessando-o através de relações de amizade ou

coleguismo. Esta prática afasta-se da perspectiva de rede e garantia de direito.

1.2. - AMPLIANDO O DEBATE SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ASPECTOS CONCEITUAIS

Antes de iniciar uma discussão sobre os diferentes conceitos relacionados à violência contra a mulher, é preciso deixar claro que a opção pelo uso do termo “violência doméstica”, no roteiro de perguntas para a realização das entrevistas, ocorreu por este ainda ser o mais utilizado pelos assistentes sociais, em seminários, debates e na própria literatura. Porém a compreensão da problemática, para fins deste trabalho, é de que a violência contra a mulher ocorre como uma:

[...] manifestação da violência de gênero na relação de pares conjugais (ou amorosos) no espaço intra-familiar. Esta é, portanto, entendida como uma violência específica (violência de gênero), entre pessoas determinadas (o casal), em local determinado (espaço intra-familiar) (STAMPACCHIO, 1995, p.114).

As primeiras experiências de atendimento às mulheres que vivenciam situações de violência foram estimuladas pelo debate provocado pelas feministas. Estes debates publicizaram a discussão da violência contra a mulher, como um problema que tem raízes na história da humanidade e não como algo novo na sociedade. As estudiosas do feminismo trabalham sob

diferentes perspectivas teóricas sobre as causas da violência contra a mulher.

Grossi (1998), uma das autoras que discute a problemática da violência contra a mulher, afirma que existem duas linhas teóricas predominantes nas pesquisas relativas a esta temática. A primeira linha teórica parte da idéia de que, na sociedade, estão presentes os valores que têm sua origem no patriarcado e os homens acabam utilizando a violência como forma de manter as mulheres sob o seu controle. Este paradigma acaba isentando as mulheres de responsabilidades e negando sua participação nas relações violentas, uma vez que a violência faria parte da formação da identidade masculina. No segundo paradigma, discute-se a existência de um vínculo afetivo/conjugal que se constrói na relação entre homem e mulher, e a violência contra a mulher seria resultado da complexidade nas relações afetivas e emocionais. Dentro deste enfoque, a violência não estaria restrita à relação homem e mulher, pois é identificada nas relações de pessoas do mesmo sexo.

A literatura nos mostra que existem diferentes denominações em relação à problemática da violência contra a mulher. Teles & Melo (2002) destacam a existência de termos e conceitos com diferentes interpretações sendo utilizados na discussão e compreensão do problema da violência contra a mulher, quais sejam: violência de gênero, violência conjugal, violência intrafamiliar e ainda violência doméstica contra a mulher.

O termo violência contra a mulher surge nos anos 1970, através do movimento feminista, cujas militantes denunciaram para a sociedade que as mulheres eram o alvo principal da violência praticada pelo homem. Demonstraram que a violência, ocorrida dentro das casas, na maioria das vezes, era cometida pelos companheiros, maridos, namorados, amantes, ou seja, com quem a mulher viveu ou vivia uma relação afetiva/conjugal. Até

então a violência contra a mulher aparecia para a sociedade através de casos isolados, a denúncia não era estimulada e quando esta vinha a ocorrer o agressor acabava impune.

Azevedo (1985) cita que, segundo dados históricos no Brasil durante o período colonial, era permitido aos maridos “emendarem” suas companheiras utilizando chibatadas, existindo para isto uma Ordenação do Reino. A violência contra a mulher faz parte de nossas raízes culturais trazidas pelos colonizadores europeus. As famílias na cultura ocidental estão subjugadas ao poder de mando do “chefe da família” e, mesmo com as transformações ocorridas na sociedade e as conquistas de direitos pelas mulheres, este papel ainda está presente, sendo considerado como “naturalmente masculino”. A violência contra a mulher foi utilizada como uma forma de educar e mantê-la submissa, concedendo-lhe o papel de dominada e, ao homem, o de responsabilizar-se pela manutenção da família e ser, portanto, detentor do poder. A sociedade legitimou ao homem o poder de mando e mesmo ele não estando presente, o lugar lhe pertence. A mulher recebe o “poder” de substituir o homem apenas na falta deste, caso contrário a autorização para o exercício da autoridade pertence a ele.

Outra barreira encontrada, na busca de soluções ou mesmo para a compreensão da sociedade em relação à existência do problema da violência contra a mulher, foi construída e ainda está presente na idéia do lar como um espaço sagrado, portanto um local abençoado. Muitos lares estavam longe de proteger e eram os locais menos seguros para as mulheres, pois nos mesmos elas estavam sendo agredidas e violentadas, sendo tudo mantido em segredo devido à denominação “sagrada família”. O lar, enquanto como um espaço sagrado, foi amplamente difundido em nome da manutenção desta santidade, e a violência doméstica durante muito tempo foi limitada ao espaço privado, pois “em briga de marido e mulher, não se

mete a colher”. Assim, na abordagem desta problemática houve dificuldades, como podemos constatar no depoimento de SAFFIOTI (1994, p.453):

Rigorosamente, o espaço privado do domicílio só apresenta esta qualidade para o homem, cujo poder frente à mulher lhe permite impor sua vontade. [...] A sacralidade da família impede que as mulheres sejam educadas para temerem seus próprios parentes masculinos. Assim, embora a mulher não esteja imune a violência praticada nos espaços públicos, está permanentemente exposta à violência doméstica, oferecendo a esta quase dois terços de suas vítimas.

A violência contra a mulher tanto pode ocorrer dentro de casa, como fora dela. Muitas vezes ela é praticada por pessoas não relacionadas à família, mas que mantêm um certo poder sobre a mulher. A justificativa para os atos de violência estaria somente no fato de ser mulher, portanto, um ser submisso, que deve obediência ao homem.

A própria expressão ‘violência contra a mulher’ foi concebida por ser praticada contra pessoa do sexo feminino, apenas simplesmente pela sua condição de mulher. Essa expressão significa a intimidação da mulher pelo homem, que desempenha o papel de agressor, seu dominador e seu disciplinador (Teles & Melo, 2002, p.19).

Dessa forma, a expressão “violência contra a mulher” inclui as mulheres de todas as classes e idades e mantém excluídos os demais integrantes da família, como os homens, idosos e crianças.

Não se ignora que as mulheres, em alguns momentos, também utilizam a violência, principalmente em relação às crianças e adolescentes. Por este motivo é argumentado que o uso da terminologia “violência doméstica” não deixa claro quem é o agressor, podendo ser tanto o homem quanto a mulher. Ao efetuarmos uma leitura a partir das relações de gênero, vamos observar que “o pano de fundo deste tipo de violência, permite antecipar quais são os agentes da agressão e quais são as personagens vítimas”. (SAFFIOTI, 2002,p.213). A autora destaca que a sociedade além de

androcêntrica é também adultocêntrica e que estas duas características andariam juntas nas sociedades urbano-industriais.

A expressão violência contra a mulher não pode ser portanto, utilizada como sinônimo de violência doméstica, isto acabaria colocando um manto sobre as diversas formas de violência que ocorrem no espaço privado, por outro lado a violência contra a mulher é mais ampla e atinge as mulheres em outros espaços, que não o doméstico.

STAMPACCHIO (1995, p. 114) defende que o uso do termo violência doméstica tem encontrado resistências:

Alguns pesquisadores não gostam de usar a terminologia violência doméstica. Em primeiro lugar, pelo desgaste do próprio termo, que parece significar coisa sem importância ou mesmo sem cientificidade. Por outro lado, por causa do termo estar vinculado à perspectiva vitimista, que considera, prioritariamente, vítima dessa violência e não envolvida na mesma.

TELES & MELO (2002, p. 19) definem a violência doméstica como: “[...] a que ocorre dentro de casa, nas relações entre pessoas da família, entre homens e mulheres, pais/mães e filhos, entre jovens e pessoas idosas”. Este conceito delimitaria o espaço, deixando aberto o campo de quem pode ser o agressor, principalmente contra crianças e adolescentes.

Para Azevedo (1985), a violência doméstica contra a mulher não interfere apenas na relação do casal, pois gera conseqüências desastrosas para todos os membros da família. Vários fatores podem ser destacados como propiciadores da violência conjugal. Os fatores seriam de ordem estrutural, ideológica, institucional e pedagógica. Os fatores estruturais são aqueles que evidenciam que as mulheres ocupam um lugar de subalternidade e dependência em todas as esferas sociais. Os denominados fatores institucionais autorizam a preservação do patriarcado legitimando a desigualdade de poder entre homens e mulheres, tornando o espaço

doméstico um lugar privilegiado para o exercício da violência. Como fatores pedagógicos, destaca a educação diferenciada entre homens e mulheres. Compreendendo a educação diferenciada como o processo de fabricação de homem e mulher que ocorre através da escola, igreja, família, etc.

A perspectiva trabalhada pela autora aparece na fala de um dos entrevistados:

[...] nós partimos do princípio que a questão da violência doméstica, ela é um fenômeno no campo das relações sociais, e principalmente falando da violência contra a mulher, no campo da relação entre o homem e a mulher, que constitui uma relação estreita neste momento. [...] na nossa concepção da violência, que ela está extrinsecamente ligada à identidade de homem e de mulher (Assistente Social 03).

A assistente social destaca, em sua fala, que a violência contra a mulher está relacionada com a identidade assumida por homens e mulheres, identidade que se constrói com o auxílio de diversas variáveis, tanto de ordem objetiva quanto subjetiva. Salienta que a violência doméstica está relacionada com a construção histórica do que é ser homem ou mulher. Existe um padrão cultural inculcado na sociedade que trabalha na perspectiva de difundir os papéis que competem ao homem e à mulher desempenharem. Ao homem cabe o papel de dominar e à mulher o de submeter-se, legitimado pela dominação masculina quando:

[...] o Estado não somente acolhe o poder masculino sobre a mulher, mas o normatiza, proibindo e até criminalizando seus excessos. A punição das extravagâncias integra o poder disciplinador da dominação masculina sobre a mulher, exercido pelo Estado (SAFFIOTI, 1994, p. 445).

Mesmo considerando que a violência doméstica pode ser praticada por pessoas de ambos os sexos e que homens e mulheres podem viver situações de violência, em diferentes faixas etárias, historicamente têm sido

as mulheres o alvo principal da violência que ocorre dentro de casa, no chamado espaço doméstico.

Por sua vez a denominação “violência intrafamiliar”, que está sendo muito utilizada pelos programas governamentais, ocorreria tanto no espaço interno como externo e seria resultado de relações violentas entre os membros da família. “A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família” (BRASIL, 2002, p.14). Família aqui deve ser compreendida não apenas enquanto pessoas ligadas por laços de consangüinidade, mas também por aquelas que assumiram relações de parentesco. A “defesa” do conceito se pauta na questão de que ele envolveria todos os familiares que, por suas situações de vulnerabilidade, estariam sujeitos a sofrer a violência.

Para Teles & Melo (2002), o uso do termo violência intrafamiliar poderia acabar escondendo a violência contra a mulher, pois as estatísticas demonstram que as mulheres ainda são as principais vítimas da violência no espaço familiar. Outro aspecto a ser considerado é que a violência contra crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência apresentam diferenças em relação à violência vivenciada pelas mulheres; portanto, torna-se difícil abordá-las a partir de um único conceito. A intervenção também necessita ser diferenciada, considerando cada sujeito envolvido, não sendo possível uma ação homogênea.

Violência de gênero é outro conceito. Mais recente, tem sido utilizado a partir da década de 1990 nas discussões e na literatura referentes à violência contra a mulher. TELES & MELO (2002, p.18) colocam que a violência de gênero:

[...] deve ser entendida como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos

homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de civilização das pessoas.

Partindo deste conceito não podemos delegar à natureza a responsabilidade pelos padrões de comportamento indicados para homens e mulheres; ou seja: a docilidade para as mulheres e a força para os homens. Ocorre que uma educação diferenciada para homens e mulheres acaba fortalecendo a perspectiva de manter a desigualdade entre ambos. Basta verificarmos como os meios de comunicação, os costumes e a educação formal ou informal reforçam a diferença entre os sexos. A mulher é incentivada a ser dócil e submissa, enquanto ao homem cabe desenvolver características como a virilidade, sendo a violência física, muitas vezes, aceita como uma demonstração de força masculina. “Informalmente fica instituída uma pedagogia da violência que engendra o machismo e o complexo de vítima”(BRAGHINI, 1999, p. 26).

Segundo Saffioti (2002), a denominada violência de gênero nos leva a refletir sobre os papéis que foram definidos para homens e mulheres. Ela destaca que, através da ordem patriarcal estabelecida na sociedade, aos homens foi delegado o poder de autorizar tanto a tolerância como a punição daqueles que ultrapassarem a ordem estabelecida. O conceito de “violência de gênero é um conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos” (SAFFIOTI, 2002, p. 197).

A expressão violência de gênero busca designar um padrão de comportamento que “(...) visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais que subalternizam o gênero feminino” (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995, p.159). A violência de gênero é produzida e reproduzida nas relações de poder, e

quando a ordem masculina se sente ameaçada a violência pode aparecer como um mecanismo que tem a função de manter uma ordem estabelecida.

Partindo desta discussão, duas categorias são importantes para a compreensão da temática da violência contra a mulher: gênero e poder.

1.3. – VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: O PODER EM QUESTÃO

A categoria gênero foi incorporada nos estudos das feministas brasileiras na década de 1980 e nos trabalhos referentes à violência contra a mulher nos anos de 1990. Izumino (1998) destaca que entre as pesquisadoras parece existir uma espécie de consenso de que o uso da categoria “de gênero”, para definir as relações sociais entre os sexos, marcou o início dos estudos e de um novo debate nos assuntos referentes à mulher.

Há uma forte sinalização para substituir os estudos da mulher pelos de gênero, para valorizar a diferença, apontar os poderes (ainda que “menores”) das mulheres, não sobreenfatizar o poder masculino, desconfiar das grandes explicações, criticar o “gueto”, etc. (MACHADO apud IZUMINO, 1998, p.80)

No Brasil, a partir dos anos 1980, a utilização da categoria gênero pelas estudiosas do feminismo, enquanto uma categoria analítica, surge através de estudos e questionamentos de categorias como o patriarcado, a divisão sexual do trabalho e as relações entre os sexos. A discussão de gênero, como uma categoria de análise, levou ao reconhecimento de que as

diferenças sexuais superam a “simples” definição biológica, pois agregam em si características socialmente construídas, podendo os papéis de homem e mulher variar conforme a cultura. Parte-se do pressuposto de que os estudos relacionados às mulheres deveriam necessariamente incluir os homens. Além da categoria de gênero outras categorias de análise, como por exemplo, raça, etnia e classe social foram incluídas nos estudos relacionados às mulheres.

Sendo gênero uma construção social, também se diferencia, tendo em vista épocas e lugares, assim como os costumes de cada lugar, as experiências de cada sujeito, as leis, as religiões, a política, enfim a história da sociedade. Essas variações não acontecem apenas de um povo para outro, mas dentro da mesma sociedade, quando acrescentamos na análise a classe social, a raça ou etnia dos sujeitos. Estas variáveis indicam a necessidade de superar a visão de que todas as mulheres são iguais. Embora ocupando um lugar de submissão ou vivendo situações de violência, elas não são iguais. O mesmo equivale para o homem, pois estes também apresentam diferenças.

Segundo Scott (1995), a discussão do conceito de gênero e a introdução deste como categoria de análise aconteceu através das feministas norte-americanas, que tinham por objetivo refutar o determinismo biológico entre os sexos e fortalecer o caráter social das relações entre homens e mulheres.

As distinções biológicas serviram para justificar as distinções entre mulheres e homens. Diversas teorias trabalharam na perspectiva de construir e garantir as diferenças, possibilitando/facilitando a construção de lugares e possibilidades sociais diferentes e específicos para cada gênero (SCOTT, 1995, p. 86).

Partindo da discussão proposta por Scott (1995), gênero pode ser considerado enquanto uma categoria de análise que tem sua “origem” com e

nas relações sociais, interligada com outras categorias, como: classe, raça, etnia, etc.

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

A definição trabalhada pela autora implica compreender gênero como: um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças perceptíveis entre os sexos e como uma forma básica de representar relações de poder, em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis.

Louro (1999) utiliza o conceito de gênero trabalhado por Joan Scott, defendendo que, a partir desta linha de interpretação, podemos ampliar nossas análises e pensar os homens, pois eles também apresentam diferenças no exercício de sua masculinidade.

Quando afirmamos que as identidades de gênero e as identidades sexuais se constroem em relação, queremos significar algo distinto e mais complexo do que uma oposição entre dois pólos; pretendemos dizer que as várias formas de sexualidade e de gênero são *interdependentes*, ou seja, afetam umas às outras (LOURO, 1999, p.49) (grifos da autora).

O conceito de gênero não nega a existência de características biológicas, mas o que se buscou demonstrar é que existe uma construção social e histórica sobre o corpo biológico e sexuado. “O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas”. (LOURO, 1999, p.22).

As discussões são ampliadas com o uso de gênero como uma categoria de análise, as relações entre mulheres e homens, assim como entre pessoas do mesmo sexo, passando a fazer parte dos debates e produções teóricas. As diferentes sociedades e momentos histórico,

precisam ser considerados nas análises, e a idéia de que as relações de gênero são processos em construção e não algo estabelecido anteriormente é difundida.

O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos (...) as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1999, p.23).

Estes novos elementos são um marco nos estudos de gênero, o que não significa um consenso. Louro (1999) destaca que o importante é compreender gênero como constituinte da *identidade* (grifos da autora) dos sujeitos. Mas qual compreensão de identidade? A autora destaca que as identidades dos sujeitos são plurais. Um sujeito não seria apenas 'mulher ou homem, ele possui outras características como: raça, etnia, classe social.

As relações entre homens e mulheres são construídas pelos sujeitos e precisam ser compreendidas a partir das condições históricas da sociedade, sendo que as identidades dos mesmos não podem ser interpretadas como se fossem estáticas, fixas, estáveis ou imutáveis.

Gênero também é diferente de sexualidade. A sexualidade é uma questão complexa, ela não é dada pela natureza, apesar de a sociedade tentar impor normas de comportamento que considera correto, como se fossem naturais e apropriadas para o desempenho de papéis atribuídos para homens e mulheres. As pessoas nascem com um sexo, mas a vivência de cada um, os desejos, comportamentos e sentimentos estão imbricados na forma como as relações de gênero estão estabelecidas na sociedade. Não existe uma forma única de os sujeitos viverem a sexualidade, esta por sua vez também se modifica com a história. A maneira de viver a sexualidade sempre foi rodeada por *tabus*, principalmente pelas mulheres, que tiveram a

sua sexualidade envolvida pela aura do pecado, da doença, da falta de pudor, etc.

As mulheres, em sua maioria, exercem a sexualidade pautadas nas normas estabelecidas como “corretas”, seguindo os padrões considerados como normais para o papel que lhes foi delegado enquanto mulher, ou seja, esposa honesta e mãe dedicada. As mulheres que têm tentado ultrapassar este padrão, não raramente, são nomeadas com termos pejorativos, como se não merecessem respeito. Acaba sendo estabelecida uma dicotomia entre um modo amplamente divulgado como correto/sadio de viver a sexualidade e outro doentio e anormal, inscrevendo a existência de uma patologia.

Para os homens, ao contrário, o padrão estabelecido na forma de viver a sexualidade está na virilidade que devem demonstrar, aceitando, de certa maneira exigindo, que demonstrem a capacidade de possuir várias mulheres. Estas, por sua vez, ao contrário deveriam ter no sexo apenas o objetivo de procriar. FARIA & NOBRE (1997, p.17) destacam que aqui se origina uma incoerência:

[...] há aí uma contradição, pois nem todas as mulheres podem ser “honestas”. Se os homens precisam de mulheres “honestas” para o casamento e os filhos, têm que existir as “outras”, para o livre desfrute da sexualidade sem responsabilidade, só para o prazer. Nesse caso também se estabelece um duplo padrão de comportamento sexual para as mulheres: o que uma mulher livre faz, uma esposa não pode fazer nem desejar. Claro que este duplo padrão se estabelece sempre em função do desejo dos homens.

Da mesma forma os sujeitos são identificados como masculino e feminino e as suas identidades sexuais vão se construindo.

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo (LOURO, 1999, p. 28).

Considerando que as identidades são um processo de construção histórica, como já abordado anteriormente, elas não seriam concluídas, acabadas em um determinado momento, pois a história não é fixa, não segue uma linha reta, linear. Novos elementos vão sendo agregados e sofrendo transformações constantemente, é um processo sempre inacabado. BRITZMAN *apud* LOURO (1999, p. 27) defende que “[...] toda a identidade sexual é um *constructo* instável, mutável e volátil, uma *relação social* contraditória e não finalizada” (grifos da autora). A construção da identidade sexual não difere da construção da identidade de gênero, mas não podem ser confundidas.

Novamente citando Scott (1995), esta defende que trabalhar com o conceito de gênero nos remete a pensar a sociedade numa perspectiva de superar as análises dicotômicas, ou seja a polarização entre o que seja feminino e masculino. A autora destaca que comumente pensamos o homem e a mulher como dois sujeitos separados, em pólos opostos.

O primeiro passo, talvez, na busca de superar esta dicotomia poderia ser a problematização dos pólos ocupados pelo homem e pela mulher, olhando-os como componentes de uma mesma relação e não como opositores entre si.

Trabalhando na perspectiva de que as relações entre os sujeitos são construídas historicamente e estão em constante processo de transformação, não estando prontas ou acabadas em um determinado momento da história, não pode existir a concordância com a dicotomia entre um pólo e outro, e sim com a idéia de troca entre os sujeitos envolvidos em uma relação.

O pensamento dicotômico ainda causaria um outro transtorno, quando ele fixa os lugares que “naturalmente” deveriam ser ocupados pelos homens e pelas mulheres e estabelece uma oposição entre os sujeitos. Num

determinado pólo estaria o homem, enquanto que em outro se encontraria a mulher, uma lógica na qual para que um exista se faz necessária a existência do outro.

Saffioti (1991) realiza uma crítica à chamada ciência cartesiana, pois esta acaba fundando e legitimando a dicotomia, sendo responsável pela criação de um modelo do que significa ser homem e outro padrão que corresponderia ao ser mulher. O modelo masculino estaria pautado na razão e o feminino na emoção, estabelecendo uma oposição entre o masculino e o feminino.

Superar as análises pautadas na dicotomia entre os sujeitos possibilitaria perceber homens e mulheres não ocupando lugares opostos, o que acaba ocasionando uma oposição entre os sujeitos, mas estabelecendo relações que, segundo Foucault (1990), estruturam-se em forma de rede.

Dentro desta perspectiva, outra categoria importante que oferece subsídios à discussão da problemática da violência contra a mulher tem sido as relações de poder. Foucault (1990), através de suas análises, tem contribuído no debate sobre as relações de poder agregando novos elementos nas discussões relativas às relações gênero. Para o autor, o poder:

[...] não é algo que se possa dividir entre aqueles que possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer suas ações, nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (1990, p.183).

Essas indicações para a compreensão do poder vêm fornecer elementos úteis para a discussão do mesmo, em instituições como a família, mais precisamente, neste caso, nas relações conjugais, oferecendo

argumentos que poderão auxiliar na compreensão da violência contra a mulher, a partir de uma perspectiva relacional, buscando superar uma visão vitimista. Utilizando o conceito de poder, em Foucault (1990), a mulher é sujeito na relação, ou seja, ela também utiliza estratégias de poder. O cuidado deve ser para não atingir um outro ponto nevrálgico, que seria o de considerar sempre ou somente a mulher como “culpada” pela violência que está vivendo. Esta posição de culpabilização ou responsabilização da mulher pela violência que ela vivencia está ilustrada na fala do assistente social 01:

Tem situações muito provocadas e que elas contribuem para que essa violência aconteça. Claro que eu não digo que mulher gosta de apanhar, não é isso, mas tem situações e situações...

Mesmo existindo desigualdade no exercício das relações de poder entre homens e mulheres, devemos considerar as relações de gênero como relações de poder, pois:

A relação de dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no pólo dominada-explorada. Ao contrário, integra esta relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois pólos da relação existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais (SAFFIOTI, 1992, p.184).

Pensando sob esta ótica, ficaria problemático defender a existência de dois pólos para o exercício do poder, onde um exerceria o poder e o outro apenas sofreria os seus efeitos. “Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder” (LOURO, 1999, p. 41). A análise deve partir da existência de relações de poder que circulam, afetando todos os sujeitos da relação, mesmo que de maneira desigual.

Isso não significa, no entanto, desprezar o fato de que as mulheres (e também os homens que não compartilham da masculinidade hegemônica) tenham, mais frequentemente e fortemente, sofrido manobras de poder que os constituem como o **outro**, geralmente subordinado ou submetido – mas tais manobras não as/os anularam como sujeitos (LOURO, 2001,p.40) (Grifos da autora).

Foucault (1990) afirma que onde existe poder também encontramos resistência, sendo esta última inerente ao exercício do poder. Considerando esta colocação do autor, podemos dizer que a mulher que está vivenciando situações de violência não se encontra apenas recebendo passivamente a violência, mas ela também resiste e cria “contra poderes que circulam”.

O poder entendido sob esta ótica supera a visão da relação rígida, em que existem os dominados e dominantes tendo como base a diferenciação entre os sexos, podendo ser interpretadas como relações assimétricas, nas quais onde o poder se alterna. Em um determinado momento, estando o poder com um sujeito e, em outro momento, com o outro sujeito da relação, ou seja, ele circula e todos os indivíduos estariam submetidos às relações de poder. Ninguém está alheio ao exercício do poder e todos se encontram em condições de disputá-lo e, ao mesmo tempo, articular formas de resistência.

Nos estudos de Foucault (1990), o poder supera as concepções tradicionais, em que este seria central e exercido de forma linear. O autor entende que o poder é exercido em diferentes e variadas direções, como em uma rede que englobaria toda a sociedade, ninguém estaria livre dele. O poder é concebido mais como uma estratégia, portanto, ele não é um privilégio que alguém possui e transmite. O poder é não apenas algo coercitivo e negativo, é também algo produtivo e positivo. Para o autor, o poder fabrica corpos dóceis e úteis, produzindo sujeitos e induzindo comportamentos. Desta forma, não são apenas os mecanismos de censura ou repressão que constroem mulheres e homens, mas as práticas e relações

que ditam os modos de ser e estar em sociedade, as maneiras de falar e agir são partes integrantes da constituição dos sujeitos.

Nesta trama de relações, homens e mulheres estabelecem relações em que ocorrem negociações, avanços, recuos, consentimento, revoltas; o poder não se fixa em um único ponto e o vencedor será sempre um, mas ele circula e “vencedor” ora é um, ora é outro. Ninguém fica fora das relações de poder, estando ambos em condições de exercê-lo.

A exemplo da categoria gênero, não podemos pensar o poder como algo natural, mas como resultado das relações que se estabelecem a partir da vida em sociedade e que se constituem historicamente. As relações de poder também não podem ser interpretadas como um consenso, mesmo elas estando ancoradas em leis ou outras formas de consentimento. Porém a sociedade, através de estratégias, possibilita que o poder seja exercido por pessoas ou grupos que, em determinados momentos, poderão tomar decisões, recebendo o consentimento para seus atos, mesmo não possuindo uma autoridade legitimada. No caso de relacionamentos afetivos, o poder poderá ser exercido através de estratégias que se estabelecem entre os sujeitos com a finalidade de atingir determinados objetivos.

Por estratégias de controle entendemos as formas de um agente social levar uma pessoa a pensar, sentir ou agir de um modo que nem sempre partiria espontaneamente desta pessoa. As estratégias empregadas, em geral, estão relacionadas à distribuição de poder e de autoridade, não apenas no espaço doméstico, mas também na sociedade de um modo geral (COUTINHO, 1994, p.21).

Segundo Louro (1999), os estudos feministas sempre se preocuparam com as relações de poder. No início a preocupação era demonstrar o silêncio, a opressão e a submissão em que as mulheres encontravam-se submetidas. Ao mesmo tempo em que as denúncias destas situações foram importantes, em determinados momentos elas também contribuíram para que

a vitimização feminina se firmasse, já em outros momentos a mulher acabou sendo responsabilizada pela sua condição de subordinação.

A idéia de que o poder é produzido em rede, que os sujeitos estão em posição de exercê-lo e também de ser submetido a ele, parece-nos adequada para a compreensão do problema das mulheres que estão vivendo em situações de violência.

[...] que o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis; que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhe são imanentes (FOUCAULT, 2001, p. 89-90).

Simplificar a relação homem e mulher em agressor e vítima ou eleger um fator como causador da violência contra a mulher prejudica a discussão e compreensão da problemática, posição ilustrada pela assistente social 07, quando ela afirma que: “[...] a violência doméstica se dá numa relação, onde ou a relação é de extrema submissão da mulher, ou ambos são atores deste conflito”.

A ambivalência que envolve as mulheres em situação de violência é colocada nas falas de alguns dos assistentes sociais entrevistados e nem sempre compreendida:

[...] tem mulheres que todas as semanas elas estão aqui no programa, têm a necessidade de falar sobre a sua situação de violência doméstica, mas, no entanto, não conseguem realizar um movimento de romper com a relação conflituosa. Muitas manifestam vontade de ir para a casa abrigo, ficam uma ou duas semanas, daí retornam com o companheiro (Assistente Social 07).

[...] a gente procura fazer o possível, mas são elas que não querem também. Muitas vezes elas não querem sair deste ciclo (Assistente Social 05).

Romper com a relação de violência não é uma tarefa fácil, a sujeição da mulher às atitudes violentas do companheiro têm sempre motivos quais sejam: medo, baixa auto-estima, vergonha, dependência econômica e emocional, etc. É necessária a compreensão de que historicamente foi construído um espaço para a mulher ocupar, espaço este permeado por valores como submissão e subordinação, estando delegado para a mesma um papel de subalternidade. Isto levou a mulher a vivenciar com menor frequência o exercício do poder. São os valores e os princípios culturalmente construídos que acabam impedindo, muitas vezes, a mulher de romper com a relação violenta. A fala seguinte demonstra esta posição:

[...] compreender que essa relação se construiu historicamente, onde as mulheres muitas vezes foram submissas aos homens. Nesse processo sócio-cultural os homens e as mulheres construíram papéis diferenciados (Assistente Social 07).

Analisar a violência contra a mulher, superando a leitura oposicionista entre o homem e a mulher e deixando de considerá-lo como o único responsável pelo sofrimento e a mulher apenas como vítima, assim como perceber que a violência é construída social e historicamente, pode auxiliar na compreensão do problema e entender as dificuldades que as mulheres têm para romper os relacionamentos e, também, para buscarmos novas perspectivas para a intervenção profissional. Refletir sobre os sentimentos e os fatores que envolvem a mulher, que está vivenciando situações de violência por parte de seu companheiro, pode ser o primeiro passo para auxiliar as mulheres na superação do problema. Não colocar o homem e a mulher em oposição e sim considerar a dinâmica que se estabelece, tendo claro que a relação conjugal é formada por dois sujeitos e que ambos exercem influência nesta relação é, de todo, fundamental.

II – O SERVIÇO SOCIAL E SUA INTERLOCUÇÃO COM A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

2.1. - O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

O avanço do sistema neoliberal tem repercutido diretamente nas transformações do Serviço Social. A desresponsabilização do Estado diante de suas atribuições na perspectiva da garantia dos direitos dos cidadãos tem atingido as relações de trabalho e também as profissões, o que tem demandado redefinições em termos de competências frente às novas demandas das questões que implicam a ação profissional. No panorama das novas interfaces que se apresentam, a questão da violência contra a mulher tornou-se cada vez mais visível e passou a ser discutida como um problema público a ser enfrentado.

Neste novo quadro conjuntural, Iamamoto (1999) lembra que o momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as mudanças da realidade social. Entre as novas competências exigidas, estão sobretudo a produção de conhecimento a respeito da realidade social em que cada profissional atua, para dar suporte ao processo de intervenção.

No espaço da violência contra a mulher ou em qualquer outro espaço ocupacional, o assistente social intervém sobre um objeto de trabalho, ou seja, sobre este incide alguma ação profissional. Por isso, para o assistente social, é essencial o conhecimento da realidade em que atua, compreender

como os sujeitos sociais experimentam e vivenciam as situações sociais. No caso, trabalhando com a temática da violência contra a mulher, o profissional de Serviço Social necessita aprofundar seu conhecimento sobre as múltiplas determinações que decorrem da mesma.

Nesta perspectiva, conforme IAMAMOTO (1999, p.62):

O conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora do trabalho.

Discussões em torno do objeto de trabalho do Serviço Social têm sido feitas ao longo da história da profissão, por uma série de autores, sem necessariamente haver consenso em torno de uma única concepção.

A partir do movimento de reconceituação, ou seja, ao final de 1970, início de 1980, um grupo de profissionais liderados por Marilda Iamamoto e José Paulo Neto, definiu que o objeto de trabalho do Serviço Social compunha-se das expressões da questão social, entendidas como as conseqüências das desigualdades originadas pelo sistema capitalista. Nesta mesma perspectiva, Carvalho & Iamamoto (1990) definem o Serviço Social como uma especialização do trabalho, que surge no modo de produção capitalista nas relações contraditórias entre capital e trabalho. O mesmo institucionaliza-se e legitima-se enquanto profissão, como um recurso do Estado e da classe burguesa no enfrentamento da questão social.

Assim, o objeto de trabalho ou matéria-prima do Serviço Social passa a ser as particularidades das expressões sociais e como estas são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam, sobretudo nas relações com o trabalho e classe social.

Esta concepção de questão social funda-se no conflito capital/trabalho que aparece, no Brasil, inicialmente em meio ao processo de industrialização nos anos 1930, que segundo Arcoverde (1999) passa a

exigir a intervenção dos poderes públicos nas questões trabalhistas, respondidas pela criação do Ministério do Trabalho e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Nesta conjuntura, o Estado passou a prover a proteção social, em uma perspectiva de Estado de Bem-Estar Social, ou seja, o Estado configurava-se como o provedor principal da proteção social.

A partir de 1990, o processo de globalização passa a trazer novas configurações no mundo do trabalho como a flexibilização e a terceirização das contratações, dando um novo enfoque à questão social. Os movimentos sócio-culturais trazem à tona temas como o respeito às diferenças, os processos migratórios, e as lutas das chamadas “minorias” também passam a demandar serviços. As *minorias*, aqui, devem ser entendidas como “um conjunto social que se encontra, se sente e se representa como discriminado e oprimido na sociedade, nas relações sociais estruturantes de classe, gênero, orientação sexual, raça e cultura” (FALEIROS, 1999, p.19). As reivindicações desses grupos exigiram uma nova organização e prestação de serviços sociais, rebatendo diretamente na profissão de Serviço Social, que passou a reconstruir e “reprocessar” o seu objeto de intervenção

Neste contexto, Arcoverde também admite que, além das questões trabalhistas, outras formas de expressão, sobretudo culturais, constituem manifestações da questão social:

Embora explicitamente reconhecidas, a exploração, a violência e as injustiças cometidas contra índios, negros e, sobretudo, mulheres de todas as classes sociais, permanecem insuficientemente problematizadas e enfrentadas pelos setores concernentes, uma vez que todas as formas de resistências e lutas limitam-se ao plano de reivindicações de direitos, mantendo os sujeitos atingidos e excluídos das tomadas de decisões e elaborações das leis (Arcoverde, 1999, p.28).

Faleiros (1999) lembra que toda a construção de um objeto profissional deve levar em conta a história, as discussões, os debates e os projetos de sociedade. Para este autor, o Movimento de Reconceituação

tomou a questão social de forma muito genérica e, embora naquele momento conjuntural tenha sido tomada para definir a particularidade de uma profissão, esta não pode ser exclusiva do assistente social. Argumenta, ainda, que mantendo uma concepção classista, a heterogeneidade dos campos de atuação da profissão de Serviço Social fica restrita, pois esta não se limita a atuar somente nas questões de trabalho ou na perspectiva de classe.

Segundo Faleiros (1999), o foco de trabalho do assistente Social, ou seja, o seu objeto, constrói-se no processo de articulação do poder dos sujeitos no enfrentamento das questões relacionais complexas, que devem ser captadas e entendidas em cada espaço profissional ocupado e em cada especificidade institucional. Assim, estas intervenções exigem dinâmicas, recursos, organização e informação, e vão construindo e desconstruindo a identidade profissional nas condições históricas.

Para o autor, o objeto da intervenção profissional se define na relação estrutural/conjuntural/situacional. Compreendendo, porém, que atualmente a intervenção profissional do Serviço Social se exerce dentro de um contexto institucional, com particularidades e interesses que exigem uma correlação de forças e mediações para que seja possível a realização da ação profissional. Afirmar que a questão social não pode ser tomada como objeto profissional do Serviço Social brasileiro, a partir de uma única concepção, pois entram em jogo novas configurações das relações sociais:

Na atual conjuntura, os enfrentamentos de interesses, grupos e projetos, estão sendo vistos num processo complexo de relações de classe, gênero, raça, etnia, cultura, religiões, parentescos, trazendo à discussão as mediações da subjetividade e que não se resumem *tout court* na noção de questão social (Faleiros, 1999, p.40).

Dessa forma, é necessário trazer para a discussão e colocar na pauta da ação profissional dos assistentes sociais estas outras dimensões da

realidade, sobretudo a questão de gênero, que repercute diretamente na questão do poder e da violência, tal como tentamos trazer neste trabalho.

Mesmo o Serviço Social tendo firmado uma direção, hoje considerada hegemônica na profissão, garantida pelo Código de Ética Profissional de 1993, pela Lei 8662/93 que regulamenta a profissão de Serviço Social e pelas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, aprovado em assembléia geral da ABEPSS, em 1996, um ponto a ser ressaltado é que ainda não superamos as nossas deficiências no debate com diferentes áreas do saber e perspectivas teóricas.

Assim, as novas condições postas aos assistentes sociais passam pela constante formação, atualização e capacitação. Trabalhar com os novos dilemas familiares, com a agudização da pobreza, com a ampliação e o fortalecimento da filantropia do terceiro setor, com os poucos recursos e deficiências das políticas sociais tem se apresentado como um desafio para os profissionais de Serviço Social.

Esse desafio perpassa uma outra análise que vai além daquela exclusiva de classe contra classe, evocando uma reflexão sobre poder, hegemonia e contra-hegemonia (Faleiros, 1999). As instituições (entre elas a família) passam a ser vistas como local de luta de poderes, e o objeto da intervenção deve responder a um processo complexo de relações sociais em que se entrecruzam demandas políticas, configurando uma área de intervenção dos assistentes sociais.

É na perspectiva relacional que vamos visualizar a questão do objeto profissional (...) É com referência às relações de poder que vimos considerando a teoria e a prática do Serviço Social. O poder em si é uma relação. Uma relação complexa que passa pelos processos de hegemonia e contra-hegemonia, de dominação de raça, etnia, gênero, culturas... (Faleiros, 1999, p.41)

Sendo assim, a temática da violência de gênero com seus diferentes desdobramentos – violência doméstica, violência contra a mulher, violência intrafamiliar e outras, tem sido definida como uma relação de poder e de permanente conflito, principalmente no *locus* familiar, demandando atendimento, encaminhamentos, orientação, informação, recursos e capacitação por parte de assistentes sociais.

A violência contra a mulher tornou-se objeto de intervenção profissional do assistente social, enquanto desafio posto no cotidiano, sobre o qual deverá formular um conjunto de reflexão e de proposições para intervenção.

2.2. - AS CONCEPÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS PESQUISADOS EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O Serviço Social enquanto uma profissão caminhou paralelo às conquistas do movimento feminista e apenas recentemente integrou na sua agenda à discussão relativa a problemática da violência contra a mulher. Neste item, pretendemos refletir sobre as falas dos assistentes sociais entrevistados, a concepção que está orientando o fazer profissional e como a profissão tem subsidiado os profissionais na intervenção junto às mulheres que estão vivendo situações de violência.

A história confirma que o Serviço Social, em relação à violência contra a mulher, caminhou paralelo às reivindicações e lutas do movimento feminista. Apenas recentemente assumiu uma posição de defesa e incluiu na sua agenda este debate. Por quê? Talvez porque no momento em que o movimento feminista deu visibilidade para a violência contra a mulher, a

profissão estava tentando avançar na superação de um patamar do conservadorismo, conforme discutido por Netto (1991), e tentando assumir uma postura crítica diante da sociedade. Esta postura crítica, em um primeiro momento, acabou reduzindo muitas das análises em uma leitura apenas sob a ótica da luta de classes. Claro está que a violência contra a mulher sofre interferência das relações de classe, como também de gênero, raça e etnia, não podendo sua compreensão ser reduzida a uma única perspectiva.

Os últimos três Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais¹² são exemplos significativos de avanços na inclusão de debates referentes às questões de gênero, assim como em relação à violência contra a mulher, racismo e etnia, mas a profissão ainda precisa avançar muito para dar conta dessa discussão. Mesmo assim, as entrevistas da pesquisa demonstram o quanto ainda é incipiente o debate no campo do Serviço Social e a necessidade de a profissão estar se inserindo com mais ênfase nesse debate.

Na faculdade eles colocam muito pouco. Então quando a gente está na faculdade, muitas vezes não falam na questão de gênero, não nos trazem isso. A gente vai aprender no cotidiano, e o que a gente percebe são os textos direcionados muito para a questão da mulher, a mulher como vítima. Então isso, dentro do Serviço Social, é muito forte ainda (Assistente Social 05).

[...] o Serviço Social tem um contato muito grande com mulheres, por elas serem a maioria na profissão e também por serem maioria nos serviços; eu entendo que a discussão de gênero tem que estar presente em qualquer espaço profissional, mas como um tema

¹² O IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ocorreu em Goiânia no mês de julho de 1998, neste foram inscritos 14 trabalhos sobre etnia e gênero nas comunicações orais e 06 posters; a temática da violência contra a mulher foi inserida nestas sessões. O X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ocorreu no Rio de Janeiro em outubro de 2001. No XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em Fortaleza, em outubro de 2004, foram inscritos 59 trabalhos para apresentação oral no eixo: questões de gênero, raça, etnia e sexualidade e 17 na modalidade de posters, aqui incluídos os trabalhos referentes a violência contra mulher.

transversal. Porém o que eu percebo é que parece que pessoas que só discutem gênero, pessoas que só discutem saúde, pessoas que só discutem assistência social, essa fragmentação me parece um complicador que tem reflexo na discussão da violência contra a mulher ou na violência intra-familiar (Assistente Social 06).

Eu percebo que tem muito pouca discussão, até inclusive na questão da intervenção. Até inclusive muitos debates que têm servido como suporte não são nem assistentes sociais que realizam, são estudos feitos por outras áreas (Assistente Social 07).

Sistematizar os conhecimentos dos assistentes sociais sobre o trabalho com mulheres em situação de violência, na perspectiva de ampliar o debate no interior da profissão, é algo que se coloca como urgente. Um das entrevistados destacou em sua fala que são as mulheres que compõem a maioria profissional e também são estas as principais usuárias do trabalho dos assistentes sociais. Parece existir um distanciamento entre o campo científico, considerado como o responsável pela produção teórica e as necessidades que os denominados profissionais da prática buscam.

Os profissionais entrevistados destacam em suas falas que a discussão ainda não recebe a importância necessária dentro da profissão. Todos salientam a falta de produção teórica em relação ao assunto sob o olhar dos assistentes sociais. É interessante observar que, na maioria das falas os profissionais se colocam de fora, como se a responsabilidade pela produção teórica não fosse uma atribuição deles, também. Os depoimentos seguintes são exemplo desta posição.

Quase não tem nada escrito na área do Serviço Social, pelo menos que a gente tenha acesso. A Vinagre¹³ tem alguma coisa, que a gente nem consegue comprar o livro dela, porque está esgotado. Mas fora isto, a não ser que a gente esteja meio desatualizada. Como naquele seminário, era de família, mas era praticamente

¹³ Aqui a entrevistada se refere a “Marlise Vinagre Silva” que escreveu o livro: *Violência Contra a Mulher: Quem Mete a Colher?* Publicado no ano de 1992 pela editora Cortez.

psicólogos e enfermeiros. Porque se você for ver são os psicólogos que estão despontando (Assistente Social 01).

No Serviço Social ainda está muito pobre essa discussão. Não tem tido uma discussão, nem uma chamada do nosso conselho. Não recebemos nenhuma chamada pra discutir essa questão. Tem ainda muito que ser feito, é uma coisa a ser planejada e providenciada. [...] Eu não vejo o Serviço Social nesse movimento. Não vejo nenhuma movimentação. No tempo que eu estou aqui, pelo que eu já tenho percorrido na questão da violência, eu não vejo nenhum movimento do Serviço Social. Teria que até promover discussões, promover uma serie de questões pra gente estar mais inserida nisso (Assistente Social 02).

A fala do assistente social 02 delega para o Conselho Regional de Serviço Social a responsabilidade de estar chamando para essa discussão. Certamente os Conselhos têm uma parcela de compromisso, mas os profissionais não podem esperar apenas pela iniciativa dessa instituição. Por outro lado, quem compõe os Conselhos? São os próprios assistentes sociais, portanto a tarefa é de todos e não de alguns. Por sua vez, o entrevistado 01 destaca que outras áreas, como psicologia e enfermagem têm apresentado um papel importante e priorizado nessa discussão.

Os sujeitos da pesquisa destacaram uma incipiente produção teórica e o debate insuficiente no Serviço Social como alguns dos problemas enfrentados pelos profissionais que estão atuando com mulheres que estão vivendo situações de violência.

Eu percebo que é inócua, incipiente. É necessário que o Serviço Social comece a produzir teoricamente. Um dos compromissos que nós estamos tentando garantir para a política de assistência social e para rede de proteção que está se organizando é a produção, a organização e a pesquisa sobre o fenômeno da violência doméstica. Porque nós temos uma prática aqui que é concreta e que está dando certo, nós temos já uma série de materiais organizados. Mas que ainda não está sistematizado a partir do olhar do profissional de Serviço Social para ser publicado. [...] Então o Serviço Social peca nisso. A gente trabalha, trabalha, inova, cria, e não memoriza

isso, em formas teóricas. Tem que ter análise teórica a partir do olhar do Serviço Social. Você tem uma experiência prática e o que esta experiência está trazendo de novo? (Assistente Social 03)

Eu percebo [...] que o Serviço Social poderia explorar mais essa questão, de uma forma mais aprofundada. A leitura sobre gêneros, elas não despertaram a questão da sensibilidade ou não sei, se foi estratégico, mas assim não se vê muitos profissionais escrevendo sobre gênero, sobre violência doméstica ainda menos; então pouco leio sobre isso. Então as leituras que eu tenho são muito superficiais. [...] acredito que a gente tem que aprofundar muito mais (Assistente Social 04).

O compromisso dos profissionais em estar escrevendo fica explícito na fala do assistente social 03, não delegando apenas para os outros essa responsabilidade. Os profissionais na maioria das vezes acabam restringindo o exercício profissional à prática interventiva, não refletindo e nem escrevendo sobre ela. O fazer profissional acaba sendo reduzido e mesmo os assistentes sociais inovando, criando e obtendo dados a partir a realidade em que eles trabalham, estes elementos não são socializados e acabam se perdendo no dia-a-dia.

No mesmo sentido, o entrevistado 04 salienta que a profissão ainda não despertou para essas discussões. O que preocupa no seu depoimento é a referência à pouca leitura, em razão da escassa produção teórica. Realmente o Serviço Social tem produzido pouco sobre a violência contra a mulher, relações de gênero e relações de poder, mas outras áreas possuem um vasto material sobre a temática, que pode ser campo de pesquisa para os assistentes sociais. Os profissionais, não apenas ligados à academia, precisam escrever sobre a intervenção, relações de gênero e a violência contra a mulher, acrescentando elementos, enriquecendo o debate e oferecendo subsídios para o fazer profissional.

A escassa bibliografia disponível é também referenciada na fala do entrevistado 05, que enfatizou como insuficientes as discussões sobre as

relações de gênero durante a graduação e em relação à violência contra a mulher, destaca que os textos são construídos sob uma perspectiva da mulher como vítima, o que vem reduzir a discussão.

O compromisso pela produção teórica pertence a todos os profissionais, não como uma simples obrigação, mas como um direito de contribuir com posicionamentos a partir de diferentes perspectivas. Os depoimentos a seguir ilustram as dificuldades que a profissão está enfrentando em propor discussões e ocupar determinados espaços, que acabam sendo preenchidos por profissionais de outras áreas.

Ela está acontecendo, mas de forma fragmentada, muito mais nos serviços que são destinados a atender pessoas em situação de violência e não nos outros, por exemplo: os serviços de saúde, tanto a discussão de gênero, quanto a discussão de violência contra a mulher ou intrafamiliar, ela é relevante. O serviço de saúde tem o papel fundamental na identificação dessas situações de violência, no entanto nós vamos encontrar essas discussões lá nos serviços de referência que atendem à pessoa em situação de violência, e não encontramos com tanta intensidade essa discussão permeando as outras equipes de outros programas, de outros serviços (Assistente Social 06).

Eu percebo que tem muito pouca discussão, até inclusive na questão da intervenção. Textos que eu já usei como suporte? Tem um mais recente, que saiu na Serviço Social e Sociedade, que falava na mudança no novo código civil em relação à questão da violência doméstica. É o texto mais atual que eu lembro no Serviço Social. [...] inclusive muitos debates que têm servido como suporte não são nem assistentes sociais que realizam, são estudos feitos por outras áreas (Assistente Social 07).

Os assistentes sociais devem buscar em outras áreas do conhecimento subsídios teóricos, mas isto não os exime de produzir, principalmente sobre o seu fazer, pois esta é ainda uma das deficiências que a profissão apresenta. Os assistentes sociais ocupam um lugar estratégico nos serviços que atendem às mulheres que estão vivendo situações de

violência e suas famílias, conferindo a estes profissionais condições para proporem a implantação de serviços de qualidade para as usuárias. No seu *locus* de intervenção, os profissionais convivem com as diversas faces que a violência contra a mulher apresenta; neste âmbito estão presentes as inúmeras possibilidades de construção de serviços, programas e projetos que venham ao encontro da implantação e efetivação da política de prevenção e proteção às mulheres em situação de violência.

A história demonstra que o Serviço Social, diante da violência contra a mulher, não foi protagonista, sua atuação foi marginal. Os assistentes sociais tem posto o desafio de construir, assim como outras profissões, políticas sociais que venham a contemplar um enfoque de gênero, raça, etnia, classe e poder.

Sobre a concepção de violência que orienta o trabalho dos assistentes sociais entrevistados junto às mulheres que estão vivenciando situações de violência, os entrevistados responderam que:

Minha concepção? Na verdade, eu acho, que a violência acontece por vários fatores. [...] Não sei se dá pra dizer que é uma concepção de violência. São várias: psicológica, sexual, física e, normalmente, elas acontecem meio simultâneas. [...] Eu não sei se eu tenho um conceito. É difícil exprimir um conceito. Mas ela acontece por vários fatores, que a gente já falou antes: econômico, cultural, religioso. Enfim, não sei se é uma concepção, mas a gente tem que cuidar quando se trata da questão da violência da vítima, que nem sempre ela é só vítima (Assistente Social 01).

Eu não trabalho com idéia dela como vítima. A mulher não pode ser considerada uma vítima, mas sim fazendo parte daquele processo de violência, ela está em situação de violência e ela é co-participante daquele processo. Não vejo como vítima, de forma alguma, mas ela como sujeito ativo daquela relação (Assistente Social 02).

O entrevistado 01, no depoimento em tela, diz não ter certeza de possuir uma concepção. Enfatiza os diferentes tipos de violência que a mulher acaba vivenciando e os fatores que contribuem para que essa violência aconteça e para que as mulheres permaneçam em uma relação violenta. A violência contra a mulher pode ser psicológica, física ou sexual. O profissional não define sua concepção de violência contra a mulher, mas não tem a compreensão da mulher apenas como vítima na relação.

Outra fala salienta a necessidade de olhar para a mulher não apenas como vítima, mas como “co-participante”. O entrevistado 02 trabalha com a perspectiva de abordar a mulher como um sujeito ativo na relação e não somente como vítima. Este olhar pode auxiliar na superação de uma abordagem vitimista da mulher, porém é necessário estabelecer mediações na análise para não atingir um outro extremo que seria o de responsabilizar a mulher pela violência que está vivenciando.

Em relação a esta questão, SAFFIOTI (2002,p.40) destaca que:

[...] as mulheres não são desprovidas de poder, elas o têm, mas é chamado micropoder – desenvolvem outras práticas que também contribuem para a mudança social. As mulheres transitam com mais facilidade nos processos que exigem o micropoder, e os homens, em geral, detêm o macropoder. Acontece que o macro e o micro estão imbricados.

Não se defende que as mulheres estão isentas do exercício do poder. Certamente elas detêm uma parcela de poder que gira em torno de um mecanismo maior de dominação e que tem na ótica masculina o seu gerenciador.

Os assistentes sociais, ao assumirem uma postura de vitimização da mulher em relação ao homem, acabam fechando espaços para a compreensão e intervenção dentro de uma perspectiva de constituição de novas relações de poder. Uma análise baseada na construção e funcionamento de relações de poder, altera a interpretação do lugar ocupado

pelas mulheres em uma relação violenta. As mulheres integram uma rede extensa de poder, elas sofrem o exercício do poder, mas também exercem o poder. As relações de poder aqui são compreendidas a partir de FOUCAULT (1990, p.183-4), para quem “o indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu”.

A posição de pensar a mulher não como uma vítima também foi enfatizada por outros profissionais participantes da pesquisa:

Eu não diria violência contra a mulher, porque a violência ela perpassa todos os membros da família. Na verdade assim: a minha percepção diante da violência que ocorre no âmbito familiar muitas vezes ela se expressa mais na mulher pela questão física, eu diria. [...] Isso não significa dizer que o homem não sofra violência, que ele também não necessite de uma atenção e de uma política que disponha de um trabalho (Assistente Social 04).

Acho que é o eixo norteador que a gente segue no programa, todos os profissionais concordam que a mulher, não somente ela mas também o homem precisa ser trabalhado [...] Esses autores de agressão nos trazem isto, que muitas vezes assim, eles vão pra justiça, a mulher fala, fala, fala, fala e ele não tem poder de voz, que também tem problemas, também quer ser ouvido (Assistente Social 05).

O entrevistado 04 cita a constituição física da mulher como um empecilho para responder com o mesmo tipo de violência às agressões que está vivendo e que são cometidas pelo homem. A fragilidade física da mulher não pode ser utilizada como uma justificativa, fazendo com que a mulher vivencie com uma frequência maior que o homem o problema da violência. Uma leitura pautada na construção das relações de gênero e de poder que estão presentes na sociedade vai alargar a compreensão de que a sociedade construiu historicamente lugares e papéis para homens e mulheres, sendo a submissão e subalternidade características delegadas para as mulheres,

enquanto a virilidade e o poder para os homens. Mesmo trabalhando na perspectiva de Foucault (2001), este salienta que o poder não é privilégio de uns, porém ele é distribuído e exercido de forma irregular.

No mesmo viés, Saffioti (2003) utiliza os termos “malha fina” e “malha grossa”, para transmitir a idéia de que todos exercem poder, de forma distinta, mas não hierárquicas. A autora ainda argumenta que as mulheres transitam com facilidade no espaço da malha fina que corresponderia aos micro-poderes. Os homens por sua vez circulam e exercem o poder na malha grossa. Ocorre que toda malha é permeável, isto faz com que a mulher tenha a possibilidade de circular entre os dois espaços. Possibilidade não significa conseguir ultrapassar as barreiras impostas em uma construção histórica pautada na desigualdade de gênero. “Dia haverá, é a expectativa dos movimentos feministas, de que ambas as categorias de sexo transitem com tranqüilidade nos dois espaços, com objetivo de torná-lo único e, portanto, não discriminatório” (SAFFIOTI, 2003, p.31).

Ainda sobre esta, questão o depoimento seguinte aponta que:

A orientação que a gente segue é compreender a violência como um fenômeno, que se dá numa relação onde as duas pessoas podem ser autores e vítimas nesse processo. [...] tem a questão que permeia todas as nossas discussões e intervenções que são as constituições dos papéis e gêneros que interferem diretamente nessa relação, ou como essa relação que se construiu, a submissão ao longo da história. Acho que os homens e as mulheres tem papéis diferenciados, papéis individuais, no entanto tem se discutido que o homem também é produto dessa produção sócio histórica, se ele também tem esse posicionamento, também é produto, e se a mulher às vezes é submissa, tem uma relação de subalternidade, também é produto (Assistente Social 07).

No depoimento, o entrevistado introduz uma discussão importante que está relacionada com a construção das relações de gênero na

sociedade, onde homens e mulheres devem ter papéis diferentes e que são construídos historicamente. Interpretar que a violência pode ser praticada tanto pelo homem quanto pela mulher, sem estabelecer outras mediações acaba implicando um outro problema, que é o de colocar o homem e a mulher em um patamar de igualdade para vivenciar e praticar a violência, o que não é real.

Nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra o marido/companheiro/namorado. As mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação/exploração dos homens, e isso faz uma gigantesca diferença (SAFFIOTI, 2002, p.198).

Ainda no depoimento do entrevistado 07,este enfatiza que a posição de submissão da mulher foi construída ao longo da história da sociedade, através da construção social de gênero que estabelece papéis diferenciados para homens e mulheres. Em uma sociedade pautada em valores patriarcais, cabe à mulher o papel de viver sob o poder de mando do homem. A submissão da mulher é uma condição aceita socialmente como pertencente à mulher, e quando ela tenta romper este limite “nada mais justo” do que ser punida pela transgressão. Por isto o pacto de silêncio estabelecido em volta da violência contra a mulher.

A nossa sociedade está pautada em valores patriarcais, tendo um projeto de dominação baseado na desigualdade entre homens e mulheres. A supremacia do homem é enfatizada, o que vem dificultar para as mulheres a superação de sua condição de submissão/subalternidade.

Também o entrevistado 03 cita o campo das relações sociais como *lôcus* onde são gestadas as desigualdades de papéis entre homens e mulheres,como pode ser observado em seu depoimento:

Nós partimos do princípio que a questão da violência doméstica é um fenômeno no campo das relações

sociais, e principalmente falando da violência contra a mulher, no campo da relação entre o homem e a mulher, que constitui uma relação estreita neste momento. [...] na nossa concepção da violência, ela está intrinsecamente ligada à identidade de homem e de mulher. Está na cultura, ou seja, na compreensão que ela tem do que é ser feminino ou o que é ser masculino, isto é o meu ponto de vista, é um dos focos principais que provoca a vivência deste conflito e a permanência dele (Assistente Social 03).

O entrevistado afirma que a violência contra a mulher é um problema que está localizado na construção das relações sociais, aqui compreendida como relações entre homem e mulher. Os papéis pertinentes ao que é ser feminino ou masculino são repassados pela sociedade através de seus diversos mecanismos de transmissão. A violência contra a mulher “nasce de relações assimétricas e desiguais entre os sexos, na sociedade brasileira [...]. Trata-se de relações sociais que se estruturam de forma desigual privilegiando de alguma maneira um dos sexos” (HEILBORN apud STAMPACCHIO, 1995, p.117).

Sobre a concepção que orienta o seu trabalho, o assistente social 05 destacou que:

Primeiro que assim, a violência doméstica não é uma violência contra a mulher específica. A gente trabalha como doméstica, familiar, violência de gênero. A gente não trabalha só a mulher, trabalhamos todas, o homem, os filhos e as demais pessoas envolvidas. [...] Acho que é um dos eixos norteadores do nosso programa, e do meu, eu acredito que assim não dá pra trabalhar só a mulher se não trabalhar toda a família (Assistente Social 05).

O assistente social argumenta que a violência doméstica não é praticada exclusivamente contra a mulher, pois atinge outros membros da família. O entrevistado não diferencia o que compreende por violência doméstica, de gênero ou familiar. Interessante observar que a intervenção profissional está procurando envolver todos os membros da família, inclusive

o agressor. A necessidade de trabalhar com o agressor é evidente para conseguir romper o ciclo de violência que se instala em uma relação.

No depoimento seguinte, o profissional entrevistado enfatizou a compreensão que detém em relação à violência contra a mulher, como:

Nós partimos de uma discussão sobre a violência como resultado de um processo cultural, e aí nós não podemos fugir da discussão da construção do papel de homem/mulher, das relações de gênero, esse é o pano de fundo do entendimento. Que a violência doméstica, ela tem raízes culturais e que tem alguns outros fatores que podem ser desencadeadores, que podem ser agravantes e que são fatores ligados às condições de objetivo de vida, situações de vulnerabilidade como o desemprego, as dificuldades ou as questões também de uso de substâncias psicoativas. Mas nós entendemos estes fatores não como causadores de violência; para nós, o pano de fundo da violência doméstica é cultural (Assistente Social 06).

A fala traz elementos importantes para reflexão e transmite uma compreensão aprofundada sobre a temática, pois ela introduz a dimensão cultural e a questão de gênero como base para o entendimento da problemática da violência contra a mulher. Destaca os fatores que podem contribuir para a ocorrência da violência contra a mulher, esclarecendo que os entende não como os causadores, uma vez que essa estaria relacionada com uma dimensão cultural. Também salienta a necessidade de partir de uma leitura histórica das construções de gênero.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao que o entrevistado 06 denomina fatores que podem desencadear e agravar a violência contra a mulher, sendo citados alguns exemplos como: desemprego, dependência química, condição socioeconômica, situações de stress. Estes problemas podem ser interpretados como colaboradores no agravamento das situações de violência, sem partir do pressuposto de que estes seriam causadores, o

que poderia acabar simplificando a compreensão da questão e fugindo da perspectiva histórica de construção da violência contra a mulher.

Não se pode interpretar o consumo de álcool ou outras drogas como a causa para a violência, mesmo que, em grande parte dos casos de violência contra a mulher, seja identificado o uso por parte do companheiro. Hoje a dependência química é trabalhada como uma doença, podendo correr-se o risco de “medicalizar o comportamento do agressor” (IZUMINO, 2002, p.112), justificando os atos violentos deste.

As situações de vulnerabilidade social, como desemprego ou condição socioeconômica também merecem cuidado na análise dos casos de violência contra a mulher. A história tem demonstrado que a problemática da violência contra a mulher não atinge apenas mulheres pobres e nem é praticada apenas por homens de uma classe social baixa.

No caso específico da violência contra a mulher, quando ocorre a publicidade de conflitos privados, o que se tem alertado é para o fato de que os setores economicamente mais privilegiados, quando confrontados com situações de violência doméstica no ambiente doméstico, contam com agentes e serviços que permitem sua negociação e resolução de forma mais “privada”, sem precisar enveredar pela via policial-judicial (IZUMINO, 2002, p. 111).

A publicização da violência contra a mulher nas camadas da população pobre pode ser interpretada como resultado da falta de privacidade no encaminhamento das situações decorrentes, da não garantia de direitos e das dificuldades em acessar serviços especializados que respeitem as usuárias, garantindo a sua proteção.

A concepção que a gente tem do fenômeno da violência doméstica intra-familiar, ainda é de uma forma muito tímida, eu diria, para trabalhar. A academia no processo de formação do assistente social, pouco discute as questões de gênero e a questão da violência. Assim, ela praticamente não é nem tocada, o fenômeno da violência. O entendimento que eu tenho sobre o fenômeno, são algumas leituras que eu tenho feito e através também do

próprio cotidiano, dos atendimentos das famílias que estão vivendo este fenômeno (Assistente Social 04).

O entrevistado 04, complementa a sua resposta sobre a concepção que detem sobre violência contra a mulher, quando se refere ao pouco conhecimento sobre o problema da violência contra a mulher. Coloca que, nos cursos de graduação, a discussão sobre relações de gênero e a violência contra a mulher são incipientes. Enfatiza que o entendimento que possui não veio da academia, mas de leituras que tem realizado atualmente. Aqui fica explícito como a discussão ainda não recebe importância merecida durante a formação profissional dos assistentes sociais. RODRIGUES (1998, p.256) corrobora esta idéia, quando cita que:

[...] permanece de maneira geral na periferia dos debates no Serviço Social. Mais do que isso, a maioria dos profissionais parece mesmo resistir, ativamente, às abordagens que privilegiem o enfoque do gênero e mesmo a aproximação com os movimentos sociais de mulheres.

O aprofundamento teórico sobre a temática da violência contra a mulher é uma necessidade que se apresenta para os profissionais, como subsídios para a intervenção. Pode ser apontada como urgente a inserção de discussões sobre relações de gênero e violência contra a mulher pelo Serviço Social. O desafio para os assistentes sociais na atualidade é dar visibilidade, contribuindo desta maneira para o enfrentamento da violência contra a mulher de forma competente e comprometida com a formulação e implementação de políticas sociais para as mulheres.

O próximo item atende ao objetivo de discutir a intervenção dos assistentes sociais frente à violência contra a mulher, buscando refletir sobre os aportes teórico-metodológicos que estão orientando o fazer profissional.

2.3. OS ASSISTENTES SOCIAIS DIANTE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A dimensão teórico-metodológica da profissão está diretamente relacionada com o processo de intervenção. A opção por uma determinada teoria e em consequência pelo método proposto por ela é também uma escolha política, ou seja a dimensão ético-política não pode ser concebida separadamente da dimensão teórico-metodológica.

Os instrumentos ou meios de trabalho são elementos fundamentais de qualquer processo de trabalho, são eles que potencializam a ação do trabalhador sobre seu objeto de trabalho ou matéria prima. O ser humano é o único ser capaz de criar meios e instrumentos de trabalho.

Segundo Iamamoto (1999), é possível identificar três tipos de instrumentos presentes no processo de trabalho dos assistentes sociais, profissão esta que possui um caráter eminentemente interventivo. São eles: **as bases teórico-metodológicas**, que se constituem no conjunto de conhecimentos e possibilitam a aproximação e conhecimento do objeto; **o instrumental técnico-operativo**, que realiza efetivamente a transformação do objeto e do Serviço Social, compondo-se de instrumentos como a entrevista, a observação, o estudo e parecer social, encaminhamentos entre outros; e **as condições institucionais** que dizem respeito, sobretudo, às condições materiais de realização do trabalho, ou seja os recursos financeiros, técnicos e humanos.

A dimensão teórico-metodológica tem como objetivo proporcionar a base de explicação e interpretação do real para que o assistente social possa propor estratégias de intervenção para o enfrentamento da realidade.

A intencionalidade da ação vai estar presente no exercício profissional e esta é explicitada quando a intervenção se realiza.

Iamamoto (1999) destaca que o conhecimento é uma ferramenta de trabalho do assistente social, deixando claro que as bases teórico-metodológicas são essenciais para o exercício profissional. Esta dimensão contribui para direcionar a intervenção.

Da mesma forma, Guerra (1997) enfatiza que todo o fazer profissional deve estar amparado por uma teoria social que, geralmente, depende da escolha do assistente social. Esta escolha, porém, não é aleatória, pois:

trata-se de uma escolha que requer o conhecimento dos fundamentos filosóficos e epistemológicos, da vinculação dessa teoria a um projeto de sociedade e, sobretudo, do sentido que ela possui para as forças políticas mais avançadas. E ainda o fazer a que nos referimos exige que o profissional detenha o domínio do método que lhe possa servir de guia ao conhecimento, conhecimento que lhe possibilitará estabelecer estratégias e táticas de intervenção profissional (GUERRA, 1997, p. 61-2).

Um dos assistentes sociais, sujeito da pesquisa, faz referência em relação à complementariedade dessas dimensões da profissão:

Então, não que a gente trabalhe, agora nas dimensões separadas, elas ocorrem simultaneamente e às vezes nem se percebe (Assistente Social 01).

Também a fala seguinte destaca a consciência do profissional em relação às três dimensões da profissão, ressaltando ainda a importância da participação dos assistentes sociais junto aos movimentos sociais:

[...] eu procuro desenvolver sempre todas na medida do possível, mas acho que falta... o cotidiano não te possibilita que tu exerças todo o teu papel como assistente social [...] eu gostaria de ter uma dimensão mais política, de estar inserida mais dentro dos movimentos e não tenho conseguido [...] eu estou sempre

dentro destas três dimensões, eu me coloco ético-política. Eu procuro me colocar sempre nessas dimensões, pautando sempre o que é ser Serviço Social, a minha especificidade, toda a parte teórico/prática (Assistente Social 02).

Chama a atenção, no depoimento do profissional, quando afirma que procura desenvolver as dimensões conforme as suas possibilidades. Isto vem mostrar a fragilidade das Instituições, que, na maioria das vezes, dependem de recursos para operacionalizar o cotidiano da sua prática. Estas dificuldades têm se caracterizado como limites e desafios ao atendimento dos usuários na instituição, vindo a corroborar o que Faleiros (1999) apresenta como relações de poder entre profissionais e instituições, na medida em que estes estão sempre à mercê dos poucos recursos que são destinados aos Programas e Projetos.

A concepção de sociedade, para os profissionais de Serviço Social também tem sido referência para o suporte teórico-metodológico e a dimensão ético-política,, como constatamos na fala a seguir:

[...] eu acho que a gente até faz, meio sem aquilo, agora eu vou ser teórico-metodológico [...] a partir do momento que você tem algumas leituras, tu tens postura profissional e uma forma de encaminhar. A gente procura pegar o Código de Ética nosso e seguir alguns princípios do Código. Seguir não só o Código, mas o político mesmo: que mundo eu quero; que direcionamento eu quero; que sociedade eu gostaria que a gente vivesse [...] (Assistente Social 01).

O Código de Ética é citado como um instrumento de trabalho que pode guiar os profissionais no seu exercício profissional. Este tem orientado muitos profissionais no direcionamento teórico-metodológico e técnico-operativo pois, através dos seus princípios básicos centrados na igualdade, justiça e cidadania, aponta alguns caminhos na intervenção profissional.

A fala a seguir repercute na ausência de propostas interventivas “prontas” para os diferentes campos de trabalho dos assistentes sociais. O entrevistado ressalta que não existe um modelo de teoria do Serviço Social para intervir diante da violência contra a mulher, e conclui que cada profissional, no seu espaço de trabalho tem que ser criativo, encontrar dinâmicas e construir a perspectiva teórico-metodológica, de acordo com a realidade enfrentada, nesse caso, a da violência contra a mulher:

A questão técnica-operativa, eu acho que é o que mantém o nosso trabalho, é o que dá suporte. As técnicas utilizadas, a gente está ensaiando muitas dinâmicas, a própria questão da abordagem...são fundamentais. Ocorre que se conseguisse estudá-las e compreendê-las com maior profundidade, melhor poderia estar utilizando. A questão da metodologia, a gente vai ensaiando projetos e perspectivas dentro do programa, então a questão da ação sócio-educativa, ação socializadora com as mulheres, a questão da ação sócio-educativa com os homens, que cai dentro dos instrumentais, mas que tem que ser traçado numa tendência metodológica, não tem sido encontrado referencial teórico que dê suporte a isso. [...] Então o que norteia a nossa prática metodológica, teórico-metodológico é a questão da sensibilização pela questão do fenômeno da violência doméstica (Assistente Social 04)

O aprofundamento teórico e o processo de intervenção são de responsabilidade do profissional, por isso necessitamos de assistentes sociais propositivos, que não fiquem reduzidos à prática do atendimento cotidiano de sua instituição, mas busquem articular-se em redes com outros colegas para juntos pensarem em possíveis caminhos de intervenção.

Nesse sentido, MARTINELLI (1995, p.147) enfatiza que:

[...] toda prática é teoria em movimento, é articulação de saberes, é construção coletiva em busca de objetivos socialmente determinados e historicamente estabelecidos. Não existe prática vazia de conhecimento, ou totalmente desprovida de saberes [...]. Não há prática pronta, como também não há prática neutra: sua produção como teoria em movimento é um ato coletivo, político, uma ação cooperativa e

complementar entre os sujeitos sociais, sejam eles agentes ou usuários institucionais (grifos da autora).

A proposta de tornar a prática um ato contínuo de teoria em movimento é bastante desafiadora para alguns assistentes sociais, como mostra o depoimento a seguir:

É, às vezes é bastante complicado, porque assim o cotidiano massacra e, sem querer, a gente acaba perdendo todo um trabalho, a metodologia do Serviço Social (Assistente Social 05).

O cotidiano de trabalho tem muitas limitações, mesmo assim, o profissional de Serviço Social deve trabalhar para “[...] superar suas limitações encaminhando suas reflexões e resultados em um sentido histórico, social, político e técnico de *produção de conhecimentos*, tendo em vista um *saber* e uma *prática* mais conseqüentes”. (MARTINELLI, 2001, p. 116) (grifos da autora).

No depoimento do assistente social, transcrito a seguir, fica explícito o esforço, o interesse e a responsabilidade em torno de um trabalho sério e qualificado. Relata cada passo de sua intervenção aliada a uma preocupação de refleti-lo, teorizá-lo. Também demonstra preocupação em relação à capacitação profissional, reconhecendo que esta é fundamental para um bom desempenho da prática interventiva:

Como eu as operacionalizo [...]? As entrevistas no caso com a pessoa ela já é um instrumental, já faz parte desse instrumental no primeiro contato, na continuidade do contato, dos relatórios. Nós temos o cuidado para estar tendo um roteiro orientativo, para se estar percebendo o fenômeno.[...] Na visita domiciliar nós temos quatro necessidades de visita, elas são organizadas com quatro intenções que vão estar fortalecendo a própria prática do Serviço Social [...] outra coisa que é importante na instrumentalidade do Serviço Social é a própria capacidade de estar se capacitando teoricamente e conhecendo o fenômeno para poder intervir de forma

adequada, incluindo nas outras políticas e por aí a fora (Assistente Social 03).

Os entrevistados 06 e 07 ampliam sua compreensão sobre as dimensões do exercício profissional, ao enfatizarem a necessidade de qualificação, compromisso com a população usuária e com a construção de uma sociedade mais justa. Salientam a importância da dimensão política na temática da violência contra a mulher e da articulação da mesma com as referidas Políticas Públicas, bem como com o processo de conquista da cidadania. O papel do assistente social, enquanto garantidor de direitos, fica implícito quando enfatiza a importância do repasse das informações para as usuárias:

[...] percebo que buscamos constantemente operacionalizar o exercício profissional, atendendo a essas dimensões. Dentro do nosso fluxo buscamos qualificar e discutir as problemáticas cotidianas do fazer profissional, bem como estudar o fenômeno e discutir a Política de Assistência Social. Outra meta perseguida para atender às dimensões do Serviço Social na contemporaneidade é buscar fortalecer a intersectorialidade, as políticas públicas, a sociedade civil para a busca da ampliação da cidadania e o combate à violência doméstica, bem como, contribuir para a viabilização da participação efetiva da população nos espaços institucionais e a democratização das informações (Assistente Social 06).

O assistente social destaca a importância das redes de articulação entre os profissionais que trabalham na mesma área. Aponta que houve transformações na realidade social e sente falta dos debates sobre o cotidiano de trabalho e troca de informações, ou seja, da construção coletiva do conhecimento, como foi mostrado na citação de Martinelli (2001), e aparecendo também na fala transcrita a seguir:

Eu falo das três dimensões da profissão dentro do nosso fluxo. O que já tem é o atendimento sócio-assistencial, psicológico, sócio-familiar, as visita domiciliares [...] No entanto a gente vê que não é tão simples concretizar tudo isso na prática. Isso também reflete um momento de transformação, a gente inclusive estava discutindo que a

categoria não senta mais pra discutir e debater como tem sido este cotidiano e quais são os movimentos de transformação esta realidade. Claro que para os usuários isso pode não parecer importante, mas pra nós esse momento de transformação, de mostrar como se implementa estas diretrizes do fazer profissional é importante, pra mostrar que tem outras propostas do trabalho do Serviço Social que rompem realmente com sua história. Porque parece que a gente só institucionalizou ou legalizou e que realmente não se concretiza, mas tem se concretizado (Assistente Social 07).

Dos sete assistentes sociais entrevistados cinco colocaram acompanhar a discussão através de boletins informativos dos órgãos da categoria, contatos com universidades e participação em encontros promovidos pela ABEPSS e CRESS. Dois entrevistados disseram não acompanhar a discussão, um justifica o não acompanhamento de leituras sobre Serviço Social, em razão de estar se aprofundando na temática da violência contra a mulher e relações de gênero. O espaço institucional realmente é limitante, e a maioria dos profissionais não tem oportunidade nem acesso a cursos de capacitação para se colocarem como responsáveis e co-participantes do processo de construção teórico-metodológica em relação à intervenção do assistente social junto à temática da violência contra a mulher. Mesmo assim, muitos deles têm conseguido acompanhar as leituras básicas da área:

Procuro acompanhar através de leituras, a revista Serviço Social e Sociedade que a gente sabe que normalmente tem a maioria das publicações. E assim eu acho que nós aqui não estamos tão fora. [...] é, basicamente através de algumas leituras; procurei fazer pós, sempre que possível [...] Mas mais é leitura, do que vem principalmente na revista Serviço Social e Sociedade, porque ela está sempre atual [...] e que discute esse projeto hegemônico (Assistente Social 01).

Eu acompanho pela correspondência que eu recebo do CRESS, algum periódico que eles mandam, são as notícias que eu tenho tido. Agora, realmente, não tenho

me apropriado muito de como que estão sendo encaminhadas essas questões. Tenho tido contato com as Universidades e com as minhas estagiárias essas questões não têm sido muito pautada, a não ser nas supervisões. Quando eu vou na academia, nas universidades elas trazem mais aspectos do funcionamento do estágio e não tem aparecido tanto essa discussão do projeto ético-político (Assistente Social 02).

Os dois assistentes sociais destacam que a aproximação com a discussão ocorre através de leituras e contatos com órgão representativos da categoria. A participação em congressos e eventos da ABEPSS também é ressaltada como importante veículo de comunicação e interlocução entre os profissionais de Serviço Social:

Eu tento, tento estar em contato com a universidade. Ultimamente eu não tenho ido mais nos congressos do serviço social. O último material que eu escrevi pra apresentar foi no ano de 2001[...]. A gente sempre tenta estar escrevendo as nossas experiências práticas aqui pra apresentação oral no Serviço Social, nas discussões, nos congressos de Serviço Social e outros congressos, nos seminários [...] (Assistente Social 03).

Através da participação nos eventos organizados pela ABEPSS, como as oficinas regionais e a nacional, o Seminário Latino Americano, ocorrido em 2003, e o ENPESS, além das leituras dos informes da ABEPSS que são enviados periodicamente e de artigos publicados em periódicos específicos (Assistente Social 06).

Em relação às bases teórico-metodológicas, fica evidente que a maioria dos profissionais entrevistados têm se esforçado para manter-se atualizados, malgrado às dificuldades que têm enfrentado no seu cotidiano de trabalho, que são: excesso de trabalho, impossibilitando mais dedicação para leitura; falta de oportunidade de participarem de cursos de capacitação e atualização; falta de acesso a recursos bibliográficos; e falta de incentivo por parte das próprias instituições para as quais prestam serviços.

Ao indagarmos os profissionais entrevistados “em que consiste o denominado projeto ético-político do Serviço Social”, recebemos diferentes respostas:

Eu percebo que o projeto político profissional tem sido debatido contundentemente. Eu acho até que o Serviço Social tem criado outras frentes de atuação, tem criado vários espaços novos, e até tem sido mais reconhecido socialmente. Eu percebo que no município a profissão tem criado vários espaços que não tinham sido ocupados por profissionais. [...] Aqui dentro do município a gente acompanha através das conferências, atividades desenvolvidas pela academia (Assistente Social 07).

Realmente, o Serviço Social tem-se projetado no universo das profissões com muita seriedade e competência, configurando um espaço na divisão sócio-técnica do trabalho que tem merecido confiança e angariado elogios. Em várias temáticas atuais, como os Projetos de Renda Mínima, Fome Zero, implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS-, os assistentes sociais têm sido chamados para prestar assessoria e contribuir nas pesquisas e intervenção, em áreas estratégicas. Essa valorização da profissão tem contribuído para demarcar nossa identidade, enquanto profissionais da Assistência Social reconhecidos nacionalmente. O estatuto da profissão também recebeu reconhecimento jurídico, como afirma NETTO (1999, p.95):

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Os projetos profissionais são construídos pelos sujeitos coletivos que pertencem a uma determinada categoria profissional. No caso do Serviço Social, a categoria conta hoje com diversos órgãos que são representativos da profissão: CRESS, CFESS, ABEPSS, ENESSO, sindicatos e ainda associações de profissionais. Para Cardoso (1999), o projeto profissional agrega diversos componentes como: valores que legitimam a ação profissional, valores éticos que direcionam essa ação, identidade profissional, os objetivos da ação, leituras sobre a sociedade, conhecimentos teóricos e interventivos. São esses componentes, intrinsecamente relacionados, em unidade, que perpassam o projeto profissional.

Um projeto profissional está em constante transformação, pois necessita responder às exigências postas pelas demandas dos usuários e pela dinâmica da sociedade. A conjuntura social brasileira, na década de 1980, foi palco para que o projeto ético-político do Serviço Social fosse gestado e “rompesse” com uma trajetória conservadora, viabilizando a construção de um novo projeto profissional. Vários fatos contribuíram para esse rompimento dentre eles: o movimento de reconceituação, a crise da ditadura militar, a abertura democrática, as mobilizações dos trabalhadores, entre outros.

O contexto histórico vivido pela sociedade levou a categoria profissional a um redimensionamento político comprometido, optando pela construção de uma sociedade mais justa. Dessa forma:

Como todo o universo heterogêneo, a categoria profissional não se comportou de modo idêntico. Mas as suas vanguardas conquistaram, então, vivência democrática e se mobilizaram ativamente na contestação política [...], os segmentos mais ativos da categoria profissional vincularam-se ao movimento social dos trabalhadores e , rompendo com a dominância do conservadorismo [...] (NETTO, 1999, p.100).

Conforme exposto anteriormente, nem toda a categoria profissional assumiu o novo projeto profissional, ou seja, a construção do novo projeto ético e político do Serviço Social teve como precursores alguns assistentes sociais, denominados por NETTO (1999) como a “vanguarda do Serviço Social”, que por sua vez gestaram e formularam uma direção social estratégica, pois:

[...] o rompimento com o conservadorismo engendrou uma cultura profissional muito diferenciada, prenhe de diversidades, mas que acabou, ao longo da década de oitenta e na entrada dos anos noventa, por gestar e formular uma direção social estratégica que colide com a hegemonia política que o grande capital pretende construir [...] direção suficientemente explicitada no Código de Ética Profissional em vigência desde março de 1993 (NETTO, 1996, p. 116).

O Código de Ética, aprovado em 1993, explicita a dimensão ético-política que os profissionais devem assumir perante os usuários e passa a se configurar como o norteador do projeto ético-político, através de seus onze princípios fundamentais.

Mas nem todos os entrevistados demonstraram conhecimento em relação ao projeto ético-político, conforme se pode verificar:

[...] realmente, não tenho me apropriado muito de como que estão sendo encaminhadas essas questões. Tenho tido contato com as Universidades, com as minhas estagiárias essa questões não tem sido muito pautada. Quando eu vou na academia, nas universidades elas trazem mais aspectos do funcionamento do estágio e não tem aparecido tanto essa discussão do projeto ético-político (Assistente Social 01).

Não. Eu não tenho acompanhado. Já vi uns dois livrinhos que tem sobre a construção do processo ético-político-profissional que o CRESS enviou... Participei uma época do CRESS, de uma discussão sobre o processo ético-político, lá em Florianópolis. Também li alguma coisa a respeito disso [...] eu era de uma comissão, eu e mais duas profissionais, e nessa época eu estudei um pouco. Mas eu sei que a gente está bem distante destas questões. Seguindo como eixo central a questão da

ética, eu acho que o que norteia o nosso trabalho são as questões das famílias que a gente atende; tem o sigilo, os prontuários só são de acesso da equipe, as discussões em torno daquela família são feitos somente por profissionais, então a gente tenta manter o máximo de sigilo pra que as famílias também não fiquem expostas. Mas não, não lembro de ter me antenado nesta questão do projeto ético-político profissional (Assistente Social 04).

Estou bem distante desta discussão [...] não tenho acompanhado de perto. [...] eu sinto que estou distante dessa discussão, discutindo. Eu pratico, faço, pratico, mas para discutir com outros profissionais estou bastante distante, não tenho acompanhado de perto, me distanciei um pouquinho disso (Assistente Social 05).

A principal questão que gira em torno do projeto ético-político da profissão é seu compromisso com a população, na perspectiva de tornar-se um intelectual, na defesa teórica e prática das alternativas que viabilizem o fortalecimento do saber e do poder popular no cotidiano. Em relação à temática da violência contra a mulher, o projeto ético-político convida-nos a desempenhar o nosso papel de garantidores dos direitos, orientar essas mulheres em relação a seus direitos, discutir com elas as estratégias de saída para essa situação de violência, encaminhá-las para os locais em que possam receber atendimento eficiente e ter os seus direitos garantidos. Lutar por políticas que venham ao encontro de suas necessidades básicas e instigá-las a participar de movimentos que visem ao fim da violência e à conquista dos direitos das mulheres.

Outra questão proposta nas entrevistas foi sobre a utilização do Código de Ética no cotidiano profissional, para a qual recebemos as seguintes respostas:

Na minha intervenção não utilizo. Não precisei, mas posso precisar a qualquer momento, porque já aconteceu situações em que eu tive que intervir e a gente fica meio que sem saber o que fazer. [...] Mas quanto ao Código de Ética, já se suscitou a curiosidade de dar uma olhada,

por situações de colegas profissionais, mas não minhas; práticas minhas, não. De eu pegar o código de ética pra olhar se eu estava correto ou não, não. Porque o Código de Ética trabalha com questões muito abertas, então pode se ter várias interpretações. No cotidiano ele não dá sustentação profissional; da forma que ele está colocado, ele não dá. Agora eu também acho que não é o papel do código de ética fazer isto, não passa por aí, senão vai ter um monte de profissional sendo processado por aí. A gente está aí que nem louco, batalhando pra que a população tenha uma condição de vida um pouco mais humana, um pouco mais justa (Assistente Social 04).

A fala cita o Código de Ética como um instrumento que, além de ser utilizado no cotidiano deve ter os seus princípios internalizados pelos assistentes sociais. É justamente essa idéia, “que eles vejam no Código não somente seu caráter punitivo, mas um instrumento privilegiado que permite à profissão expressar sua identidade ético-política à sociedade (PAIVA et al, 1996, p.172). O Código de Ética fundamenta o projeto profissional comprometido com uma nova sociedade.

[...] ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social – e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional (BONETTI et al, p.217).

Alguns dos entrevistados remeteram a resposta sobre a utilização do Código de Ética no cotidiano da profissão ao sigilo profissional, este foi destacado por dois profissionais:

Acho que tu tens meio que internalizado os princípios. [...] Acho assim, no dia-a-dia a gente procura junto com os alunos, a questão do sigilo profissional. Questão de usar alguns princípios que fala de lutar pela igualdade sem discriminação, estas coisas todas que tem nos princípios a gente procura fazer aqui, encaminhar isso com os alunos (Assistente Social 01).

Já. Para proteger, o sigilo dos atendimentos individuais dos usuários (Assistente Social 05).

Certamente o sigilo profissional está embutido no respeito ao usuário, aspecto garantido no Código de Ética, mas o sigilo por si só não expressa o compromisso da categoria com os usuários. Outras mediações precisam ser estabelecidas para que a incorporação da dimensão ético-política presente no Código de Ética seja garantida no fazer cotidiano:

[...] o Código de Ética assume importância fundamental pois ele pode ser um instrumento legítimo para o estabelecimento de normas que busquem garantir (dentro dos limites) um respaldo à prática profissional. [...] à parte operativa do código, que apresenta não só a tarefa de traduzir em deveres e direitos os valores eleitos pela categoria profissional, mas o desafio de torná-los mais próximos possível da realidade cotidiana dos profissionais (PAIVA et al, 1996, p.172).

Outros três entrevistados alargaram a sua compreensão em relação à utilização do Código de Ética, trazendo elementos que o caracterizam como um instrumento que se encontra presente nas suas ações cotidianas.

Eu já tive. Na época em que fui gestora, fazer referência ao código de ética muitas vezes. [...] até para estar chamando o profissional para o compromisso ético-político da profissão, no sentido de estar qualificando, de estar saindo um pouco da rotina [...] no sentido de estar qualificando a própria intervenção, indo buscar instrumentais e instrumentalização para própria atuação. Para propor [...] você tem que estar o tempo inteiro fazendo referência ao Código de Ética e impulsionando criação de novas políticas (Assistente Social 03).

No programa [...] a discussão da dimensão ética é permanente nas reuniões de equipe e periodicamente realizamos a análise de procedimentos tomados durante a intervenção com base no Código de Ética, por exemplo, em relação aos princípios fundamentais ou no que tange às relações com os usuários ou com os demais profissionais da instituição (Assistente Social 06).

Os depoimentos em tela refletem o componente ético-político nas ações dos profissionais, mesmo não estando conscientes de sua utilização.

Ao identificarem no Código de Ética um instrumento que oferece subsídios para a construção de propostas coletivas, qualificação profissional e compromisso com os usuários, estão seguindo o compromisso ético político proposto pela profissão.

2.4. – O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS: COTIDIANO DE LIMITES, POSSIBILIDADES E LUTAS

O trabalho dos assistentes sociais supõe, conforme BAPTISTA (1995, p.111), pensar o cotidiano como “[...] espaço privilegiado da intervenção profissional”. No cotidiano, as relações de produção e reprodução da vida social acontecem e os indivíduos expressam as necessidades exigindo a atenção profissional imediata e mediata. No cotidiano, os indivíduos vivenciam seus sentimentos, fragilidades e potencialidades, bem como, nesse mesmo cotidiano, estão colocadas as possibilidades, ou não, de construir respostas de enfrentamento às necessidades apresentadas.

De acordo com HELLER (1992, p.17):

A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda a sua intensidade. (grifos da autora).

No cotidiano, emergem os limites, desafios e oportunidades para o desenvolvimento do trabalho do assistente social, daí decorre o imperativo de uma formação profissional consistente e uma constante atualização.

Quando YAZBEK (1999, p.97) fala dos desafios postos para a profissão na atualidade, ela enfatiza que “[...] novas situações colocam para a profissão novas exigências, o Serviço Social é obrigado a atualizar-se redefinindo estratégias e procedimentos, adequando-se a novas demandas e requisições do mercado de trabalho”. Conhecer as necessidades, as demandas, os contornos e as potencialidades é condição primeira para um exercício profissional competente e comprometido com os usuários na construção conjunta de alternativas e respostas capazes de proporcionar condições para superação dos desafios vivenciados por eles.

Considerando o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais que atuam com mulheres vivendo situações de violência, os sujeitos da pesquisa destacaram:

É desgastante. Você gasta muita energia e não pode ter muita expectativa. O trabalho exige muito de você, a articulação com outras instituições é difícil e sobra para você (Assistente Social 02).

Eu tenho muita ansiedade [...] porque as pessoas vêm com demandas que, às vezes, o Serviço Social, a instituição não consegue dar conta desse problema (Assistente Social 05).

[...] os profissionais estão trabalhando no seu limite [...] as equipes que trabalham com questões de extrema vulnerabilidade, seja violência doméstica, seja doença mental, ou se tem uma assessoria ou uma espécie de terapia para os profissionais conseguirem desenvolver o seu trabalho com as mulheres (Assistente Social 04).

Os três entrevistados posicionam a complexidade da problemática com a qual trabalham, os limites institucionais e a fragilidade emocional que enfrentam no atendimento às mulheres que vivenciam situação de violência. Percebe-se na fala da assistente social 04 a expressão dos limites postos para a intervenção profissional, ao tempo em que propõe alternativas quando

salienta a necessidade de suporte técnico e psicoterapêutico para os profissionais que atuam em “questões de extrema vulnerabilidade”.

No exercício profissional, é exigido aos assistentes sociais o enfrentamento de inúmeras questões que se expressam através de necessidades que aparecem no dia-a-dia dos usuários e que demandam uma resposta. O assistente social, no atendimento às mulheres neste caso, tem o papel de acolher a dor, o sofrimento e as humilhações, oferecendo uma escuta qualificada, que exige preparo técnico e psicológico. Muitas vezes, os limites institucionais, em seus mais variados fatores (administrativos, técnicos, financeiros, etc.), interferem na dinâmica cotidiana de trabalho dos assistentes sociais, entre outros profissionais. Esses fatores associados à intensa demanda de trabalho e às dificuldades financeiras vividas por esses profissionais, podem levá-los a uma desmotivação para investir em capacitação continuada e em suporte terapêutico. Ou seja, enfrentam, a partir desses limites, um “certo impedimento” para (re) qualificar o trabalho cotidiano.

Também se evidencia em outros depoimentos as poucas alternativas das quais dispõem para o enfrentamento da violência contra a mulher:

[...] o maior desafio é esse: eu não tenho pra onde mandar essa mulher, ela vem aqui toda machucada e contamos com a boa sorte, muitas vezes, de ela não voltar a apanhar porque veio aqui. (Assistente Social 01).

Há falta de recursos tanto de pessoal para atender melhor, como para as mulheres quando saírem da casa. Existe dificuldade para acessar outros serviços do próprio poder público municipal, ficando difícil para encaminhar as mulheres (Assistente Social 02).

As próprias dificuldades institucionais. As políticas públicas, elas deveriam ser repensadas, porque elas pensadas de forma tal, que não dão conta de garantir os

mecanismos necessários pra essa pessoa superar as condições em que ela se encontra. Dificuldades de ordem estrutural e de ordem organizacional da própria política. [...] a gente tem dificuldade para garantir a intersectorialidade nas políticas públicas (Assistente Social 03).

Nas falas dos assistentes sociais 01 e 02 aparece a angústia por não disporem de serviços e programas complementares para encaminhar as mulheres. O serviço de atendimento sócio-jurídico, onde trabalha o assistente social 01, ao atender mulheres que vivenciam situações de violência são orientadas para registrar a “queixa” na delegacia de polícia. O município não contava, na ocasião da pesquisa, com nenhum programa de apoio material e/ou emocional, estabelecidos como: abrigo, auxílio para pagamento de passagens, vale alimentação e outros tipos de benefícios que poderiam oferecer suporte à decisão da mulher em afastar-se imediatamente do companheiro agressor, caso ela não dispusesse de recursos próprios.

A fala do entrevistado 03 menciona que a forma como as políticas sociais estão sendo pensadas e executadas não vêm conseguindo oferecer alternativas de superação para as mulheres atendidas. Enfatiza, pois, a necessidade de implementação de relações intersectoriais entre as políticas sociais e, em decorrência, de relações interinstitucionais mais articuladas.

Com relação às políticas sociais destinadas a mulheres que vivem situações de violência, a partir da década de 1970, evidenciou-se um avanço, que pode ser visualizado através da abertura das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, implantação de casas abrigo e programas de apoio nas áreas psicológica, social e jurídica. Mesmo assim, o sistema de proteção às mulheres que estão vivendo situações de violência, tem assumido, ainda, um caráter residual na agenda pública de atenção, caracterizando-se por ações fragmentadas, isoladas, com baixo poder de resolutividade.

Ao procurarem os serviços existentes com o objetivo de denunciar ou falar da situação de violência que estão vivendo, as mulheres acabam, muitas vezes, “sofrendo” um outro tipo de violência, que se manifesta pelos consideráveis limites institucionais e profissionais por ocasião dos atendimentos prestados. Não se nega, por outro lado, os estudos e as iniciativas e experiências exemplares, envolvendo o poder público e a sociedade civil, na atenção as mulheres que vivem situações de violência.

A produção teórica em diversas áreas do conhecimento foi ampliada nas últimas três décadas. Segundo dados constantes no livro: “Bibliografia Estudo Sobre Violência Sexual Contra a Mulher: 1984-2003”, durante este período foram produzidos 1.173 trabalhos sobre o tema, em língua portuguesa, no Brasil. Outro avanço está sendo a vinculação na mídia através de novelas, seriados ou reportagens sobre a problemática da violência contra a mulher. Conforme citado no item 1.1. deste trabalho, o Brasil hoje conta com uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, além de realizações de conferências de mulheres, a exemplo de 2004, nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Os assistentes sociais que trabalham no atendimento às mulheres em situação de violência, ao lado de outros profissionais, têm o importante papel de propor, articular e executar políticas sociais, na busca de ultrapassar os limites e fragilidades presentes nas realidades institucional, profissional e social. A proposição deve ser uma constante no fazer dos assistentes sociais, como uma condição indispensável para um exercício profissional comprometido. RODRIGUES (1996, p.92) enfatiza a importância de os assistentes sociais estarem fornecendo respostas qualificadas para as demandas apresentadas, quando afirma que:

[...] o Serviço Social necessitará elaborar respostas qualificadas para as novas demandas que hoje interagem em seu espaço cotidiano. A não superação dessas dificuldades

implica no risco do exercício profissional tornar-se residual, sem visibilidade teórico-prática.

Os assistentes sociais entrevistados informam sobre a criação de uma rede de atenção e atendimento voltada às mulheres em situação de violência:

[...] desde agosto do ano passado (entrevistado está se referindo ao ano de 2003), começamos articular reunião da rede, é uma vez por mês a reunião. Tem todas as entidades que trabalham com a violência, para estar articulando, criando parcerias. Mas é difícil, [...] o pessoal está muito na sua, [...] eu faço até aqui, não faço mais do que isso, ou às vezes nem faz (Assistente Social 04).

Então, aqui no município [...] tem uma iniciativa junto com a universidade, tem uma rede de trabalho e de atenção, porque tem muitas pessoas que estão tratando de violência doméstica. Está a delegacia, o programa de proteção e prevenção à violência doméstica; está o IML, estão os hospitais, está a Universidade com o trabalho sócio-jurídico, tem o centro especial que tem tanto o atendimento sócio-assistencial, quanto jurídico, para questão de encaminhamento da separação, guarda e tem várias outras questões que eles trabalham, inclusive a mediação familiar também [...] (Assistente Social 06).

Sem dúvida, a consolidação de uma rede de atenção e atendimento a essa problemática, possibilitaria um trabalho articulado e fortalecido em meio às relações institucionais e profissionais na perspectiva da garantia do conjunto dos direitos (civis, políticos e sociais). Além disso, um trabalho em rede, nessa perspectiva, potencializa a ampliação de acesso a esses direitos, da autonomia, da participação, da mobilização e organização dos sujeitos envolvidos.

Segundo Faleiros (1999), o trabalho em rede fomenta as condições para a superação do sentimento de impotência frente as condições de trabalho colocadas para os assistentes sociais ou então a onipotência de acreditar que o Serviço Social, enquanto profissão, tem condições de mudar

tudo. O trabalho em rede significa uma nova forma de atuação na área social.

Ainda sobre o trabalho em rede MACIEL, (1997, p. 90) destaca que uma “rede pressupõe articulação, intersetorialidade, transitoriedade, revela uma forma de gestão mais flexível, com maiores condições de participação”.

A superação de ações isoladas é um caminho a ser construído, indo além da implantação de delegacias especializadas ou abrigos para as mulheres que estão vivendo situações de violência. Um serviço de rede para atender às mulheres em situação de violência requer, minimamente, a implantação de: casas abrigo, disque-denúncia, programas de apoio psicológico, social e jurídico, atendimento para os agressores, sempre na perspectiva interdisciplinar. Com relação às Delegacias Especializadas para Mulheres, deveriam ser implantadas nos municípios de médio e grande porte e, sobretudo, dispendo de equipe técnica especializada. Nos municípios de pequeno porte, uma alternativa pode ser a implantação de consórcios intermunicipais e/ou a capacitação dos servidores da área de segurança pública que atuam nas delegacias de polícia.

Por outro lado, as falas dos assistentes sociais 04, 05, 06 evidenciam a dificuldade de articulação como principal problema para a constituição de uma rede de atendimento na problemática da violência contra a mulher. Salientam as posições individualistas dos profissionais e das diferentes instituições que acabam criando empecilhos para o funcionamento de um trabalho em rede , que atenda às mulheres em situação de violência e suas famílias. Esse trabalho deve pautar-se num debate amplo frente aos objetivos, às competências e às atribuições específicas, envolvendo as instituições e os profissionais.

Uma vez evidenciada a necessidade de garantir um trabalho de rede na atenção e atendimento às mulheres em situação de violência, não se

pode perder de vista a totalidade na atenção aos demais segmentos sociais, a fim de não correremos o risco de fragmentar e focalizar, ainda mais, as ações sócio-assistenciais no campo da política social.

Hoje, enfrenta-se o desmonte das políticas sociais. Garantir ações sócio-assistenciais nesse campo com qualidade, resolutividade e amplitude no atendimento, são resultados “ainda distantes” de serem alcançados. Um fato curioso, no decorrer da pesquisa foi: a montagem de uma cesta básica com alimentos, que são fornecidos exclusivamente para a manutenção das usuárias que estão abrigadas, a ser transferida para uma das mulheres que há alguns dias deixou o abrigo. Considerando esse fato, o assistente social relatou que o auxílio financeiro que a Prefeitura Municipal fornece para as mulheres quando deixam o abrigo é insuficiente diante das dificuldades materiais enfrentadas por essas mulheres. Relatou também que a Secretaria de Saúde, responsável pela manutenção do abrigo, desconhece tal iniciativa:

Não. O pessoal da Secretaria Municipal nem imagina, mas nós aqui na casa pegamos o que sobrou e damos um jeito. É oferecido para a mulher um vale, mas neste caso a família é grande, o dinheiro não dá. Então a gente pega as sobras de leite, verduras e outras coisas que não vão faltar aqui e levamos pra elas (Assistente Social 02).

O depoimento a seguir traz outros elementos que nos permitem ir desvelando o desmonte das políticas públicas, que estão na contra mão da garantia dos direitos e do exercício da cidadania:

[...] tem a própria questão institucional, as dificuldades financeiras, que por mais que a gente sabe que aquela família não tem recurso nenhum, mas o recurso que a gente dá é muito paliativo. [...] Outra situação complicada, os recursos de capacitação, geração de emprego, são muito carentes, a gente não consegue encaminhar, quando encaminha a gente sabe que esse curso não vai ter retorno para estas mulheres, então ela não vai conseguir se emancipar (Assistente Social 05).

Essa realidade, que afeta as políticas sociais na atualidade, exige dos assistentes sociais competências para ampliar e (re) qualificar, nas ordens dos recursos financeiros, físicos e humanos, o trabalho profissional. Cabe salientar que, mesmo viáveis tecnicamente, os programas, projetos e serviços, podem constituir-se politicamente inviáveis na direção de alargar e fortalecer os direitos e a cidadania das quais as mulheres e demais segmentos são titulares. Romper barreiras e limites institucionais, nessa direção, impõe aos assistentes sociais o grande desafio de mediar o projeto ético-político profissional com os projetos institucionais.

Uma proposta de trabalho comprometida com a garantia de direitos deve estar pautada no atendimento às demandas das usuárias, sempre levando em consideração as condições de trabalho dos assistentes sociais e as contradições postas no cotidiano.

O perigo do ativismo, a falta de tempo para estudar, assim como as dificuldades para sistematizar as experiências relacionadas ao cotidiano do trabalho profissional são citadas nos depoimentos dos entrevistados 01 e 05:

[...] eu acho que a gente tem que se cuidar, porque acaba ficando mesmo no ativismo. A gente não pára pra pensar, não pára pra estudar, sempre diz que não tem tempo. Acho que em algumas ocasiões não tem, mas outras a gente não prioriza e acho que hoje este é o grande nó da profissão. A gente não escreve sobre aquilo que trabalha. A gente tem coisas tão ricas que acaba se perdendo. Agora o que mais preocupa é que tu acabas achando tudo meio corriqueiro (Assistente Social 01).

A gente está sempre lutando, sempre buscando aperfeiçoar, buscando ler para não se perder e era uma coisa que a nossa secretária pegava muito no pé. Vocês fazem tanta coisa, mas vocês não botam no papel. Então assim, a nossa metodologia acaba se perdendo, mas a gente sempre está buscando, sempre tem que se aperfeiçoar e não perdendo, mesmo que o cotidiano nos massacre [...] (Assistente Social 05).

Nas falas dos entrevistados aparece a importância da sistematização sobre o trabalho profissional. A rotina e a sobrecarga de trabalho são destacadas como impeditivos para os assistentes sociais estarem refletindo e produzindo sobre a intervenção profissional.

Em relação às rotinas no cotidiano dos assistentes sociais, BAPTISTA (2001, p. 118) defende que:

[...] reprodução sistemática de ações e rotinas, ao mesmo tempo que pode constituir em *limites* para a ação profissional, abre a *possibilidade* de consideráveis avanços na medida em que implica importantes ganhos psicológicos, ao tornar desnecessários que cada situação seja definida a cada vez, etapa por etapa, possibilitando que a atividade prossiga com um mínimo de tensões e decisões e, com isso, *liberando energia para outras decisões e inovações*. O problema da rotina portanto não está nela própria – ela é algo necessário – mas no fato de ela ser imposta como fim, em detrimento do real enfrentamento das questões e do processo de criação e renovação de conhecimento e práticas.

Os assistentes sociais poderiam utilizar os registros sobre o saber-fazer, o que vai auxiliar na superação de práticas imediatistas, ganhando espaços de poder dentro das instituições a partir do conhecimento competente que detêm. O saber fazer exige dos profissionais competência no manuseio dos instrumentais técnico-operativos que são parte da intervenção dos assistentes sociais. Foram citados pelos entrevistados os principais instrumentais técnico-operativos utilizados na intervenção profissional:

[...] reuniões, entrevistas, os relatórios, os planejamentos, as abordagens individuais e coletivas, trabalho com família, os indicadores de impactos, a construção dos indicadores [...] (Assistente Social 03).

Atendimento individual, atendimento interdisciplinar com a psicologia. Um aspecto fundamental é visita domiciliar, abordagem com a vizinhança, entrevista institucional, a

observação, as reuniões com a rede, as reuniões [...] e as palestras nas comunidades (Assistente Social 04).

Visita domiciliar, atendimento individual, prontuários. Acho que a gente usa praticamente todos. Eu tento utilizar na medida do possível estar utilizando (Assistente Social 05).

No programa [...] utilizamos: assessoria, planejamento, pesquisa, avaliação, reunião, entrevista, observação, encaminhamento, documentação (parecer social, relatório, diário de campo), técnicas de grupo selecionadas e reconstruídas considerando as finalidades de cada ação e materiais produzidos pela equipe (jogos, folder, painéis, etc.) e a informática (Assistente Social 06).

Eu utilizo a reunião, o planejamento, o prontuário de registros a partir do atendimento, da escuta e da acolhida, que é o estudo do diagnóstico social. Eu utilizo a leitura e o estudo, a visita domiciliar que também é um instrumental (Assistente Social 07).

A dimensão técnico-operativa supera a simples utilização de instrumentais e técnicas, em razão de que ela não acontece desvinculada das outras dimensões que compõem a profissão, dimensão ético-política e teórico-metodológica. Os assistentes sociais 03, 04, 05, 06 e 07 utilizam no dia-a-dia uma gama variável de instrumentos-procedimentos operacionais. Os procedimentos técnico-operativos não ficam restritos ao atendimento individual, mas são ampliados para uma construção mais crítica e coletiva, quando são destacados na fala do entrevistado 06: “a construção de indicadores, assessoria, planejamento, pesquisa e a avaliação”. O planejamento citado nas três falas destaca uma exigência que a atualidade tem posto para os assistentes sociais na perspectiva de atuarem como gestores sociais. A construção e (re)construção de técnicas/dinâmicas de trabalhos de grupos demonstra um compromisso profissional no atendimento, pois este não é estático e nem homogêneo, modifica-se dependendo do momento e das circunstâncias.

O Serviço Social caracteriza-se como uma profissão eminentemente interventiva, tendo os assistentes sociais a tarefa de responder às demandas sociais cotidianas através da competência. Essa natureza interventiva da profissão exige dos profissionais a utilização de instrumentos e técnicas, articuladas com as dimensões: teórica, ética, e política que compõem o exercício profissional.

A pesquisa foi outro instrumental citado por dois profissionais, como um recurso que deve ser utilizado no cotidiano de trabalho:

[...] acabamos deixando as pesquisas entre aspas, muito em nível de trabalho de conclusão de curso e a gente acaba não trabalhando com elas porque não temos tempo. [...] não sei se não temos tempo ou a gente não prioriza (Assistente Social 01).

A própria pesquisa, porque na medida que a gente vai fazendo as intervenções procura sistematizar os dados pra gente poder estar reavaliando a política e qualificando (Assistente Social 03).

O Serviço Social ocupa uma posição na divisão sócio-técnica do trabalho, lugar que foi construído historicamente “pelo tipo de relações e respostas que seus profissionais foram produzindo face às questões e aos desafios postos, no seu âmbito de intervenção” (BAPTISTA, 1995, p. 93). Existem limites que estão presentes no cotidiano dos assistentes sociais e que demandam ações imediatas, mas os horizontes desses limites podem ser alterados e para que isto seja concretizado os profissionais necessitam estar atentos às mudanças na realidade cotidiana na qual atuam. A pesquisa é um instrumento que possibilita aos assistentes sociais explorarem o seu universo de trabalho, conhecendo com mais profundidade a realidade cotidiana dos usuários, instituição, etc, e, conseqüentemente, produzindo conhecimento, retroalimentando o fazer.

Os assistentes sociais no seu espaço de trabalho detêm inúmeras informações e conhecimentos sobre os usuários. Incorporar as informações obtidas, sistematizando os dados, conforme aparece na fala do entrevistado 03, pode qualificar a intervenção e fornecer elementos para os profissionais proporem e negociarem novas alternativas de atuação. A pesquisa é um instrumento de trabalho que está presente no dia-a-dia dos assistentes sociais, não sendo delegada apenas aos profissionais que estão na academia, podendo orientar conseqüentemente a intervenção, desvendando a realidade e eliminando os riscos de uma ação empiricista, reiterativa e ativista. A sistematização das informações faz com que elas sejam além de meras estatísticas gerais, dando unidade para as informações e ampliando a análise da complexa realidade social.

Sobre a valorização dos espaços institucionais enquanto *lócus* privilegiado de construção de saber, NICOLAU (2003, p. 01) explicita que:

O fazer profissional, nos espaços institucionais, não é reconhecido socialmente como espaço de construção de saber; em conseqüência, este fazer pode ser reduzido à aplicação de técnicas que prescindem do discurso teórico, implicando na não-construção do saber [...]. São poucas as produções na área do Serviço Social, oriundas de pesquisas sobre o fazer-profissional, construídas por profissionais desvinculados da academia, em relação ao número de obras que tratam do dever-se do fazer-profissional [...].

Discorrido até aqui acerca do trabalho dos assistentes sociais no atendimento às mulheres que estão vivendo situações de violência, percebe-se que muitos são os limites, as possibilidades e lutas postas no cotidiano, tanto no âmbito da instituição em que se trabalha, do profissional que “se é” e que “se almeja ser”, quanto no âmbito das situações e condições reais, particulares a cada mulher atendida por estar vivenciando a problemática da violência contra si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo além de ter possibilitado um conhecimento mais sistematizado sobre o objeto proposto, também significou a necessidade de construir e desconstruir conceitos e de enfrentar contradições enquanto pessoa e profissional. Ouvir os profissionais nas entrevistas individualmente, propiciou-nos uma experiência diferenciada da vivência do cotidiano de trabalho dos profissionais, *locus* onde se exprime o debate, a crítica, o fazer ou o não fazer. As discussões a respeito dos aspectos trabalhados neste estudo são muito vivas, não podendo ser aqui concluídas, e nem este é o objetivo. O que apresentamos, neste momento, são pontos de chegada relativos e que não podem ser interpretados como uma conclusão definitiva, e sim fruto de um determinado olhar e momento histórico, o que faz com que este trabalho socialize algumas questões e reflexões que foram sendo construídas ao longo desse processo.

A realidade apresentada pelas instituições e profissionais que trabalham no atendimento às mulheres que estão vivendo em situações de violência evidenciou inúmeras adversidades que ainda precisam ser superadas.

Em relação às dificuldades institucionais, a pesquisa evidenciou que os programas ou serviços de atendimento para as mulheres estão apresentando inúmeros problemas e necessidades:

- ✓ **estrutura física inadequada:** em alguns casos os locais onde estão funcionando os programas/serviços, foram construídos faz algum tempo e desde então não receberam nenhum tipo de trabalho de conservação, encontrando-se em péssimo estado de conservação. A garantia de local adequado para o atendimento às usuárias deve ser

uma luta dos profissionais. As mulheres em situação de violência vivem em um mundo de dor, sofrimento e humilhação, retratado na baixa auto-estima delas. Oferecer-lhes um espaço “bonito” e digno, onde elas possam ser atendidas, é o mínimo a ser proporcionado a essas usuárias;

- ✓ **número de profissionais técnicos insuficiente:** o número reduzido de profissionais que trabalham nos locais de atendimento não dá conta de atender com a qualidade necessária a demanda apresentada. O cansaço físico e mental dos profissionais acaba repercutindo no seu trabalho. Os programas/serviços de atendimento necessitam ter uma equipe técnica compatível com o que a demanda exige, pois, do contrário, corre-se o risco de fazer de conta que se atende.
- ✓ **falta de políticas sociais:** as políticas sociais para mulheres ainda não são consideradas como prioridades nos planos de governo, dependendo do jogo de interesses em disputa. Nesse aspecto, os assistentes sociais têm um papel importante para exercer, que é o de propor, formular e executar políticas sociais para mulheres. A participação em Conselhos de Direitos e em fóruns de discussão é um dos caminhos e deve contar com a participação dos profissionais. As políticas sociais não vão surgir como num passe de mágica, elas demandam lutas e negociações;
- ✓ **dificuldades para o trabalho em rede:** a falta de um trabalho em rede para o atendimento das mulheres em situação de violência acaba dificultando ainda mais o trabalho dos profissionais, provocando não raras vezes uma revitimização das mulheres e desgaste, às vezes, desnecessário para os profissionais. No enfrentamento da violência contra a mulher, faz-se necessária a

reunião de órgãos, programas, projetos e recursos de diversas áreas, em virtude da complexidade do fenômeno. A articulação e colaboração dos serviços através da formação de parcerias vão compor a rede de atendimento para as mulheres em situação de violência, oferecendo-lhes uma assistência integral. As ações devem ser sistemáticas e continuadas, o que vai qualificar a intervenção frente a essa questão;

- ✓ **legislação inadequada ou insuficiente:** historicamente a violência contra a mulher não foi abordada como um crime, isto acaba refletindo na forma de “punição” que o agressor recebe; geralmente, são penalidades leves como prestação de serviços à comunidade ou fornecimento de cestas básicas. O que acaba não inibindo os atos de violência praticados. A Lei 9.099, de 26/09/1995, dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, onde são atendidos os crimes cuja pena máxima não supera 01 ano. A lei acaba minimizando os atos de violência praticados contra as mulheres, quando estes são tratados como “crimes de menor potencial ofensivo”. A lei acaba não garantindo a integridade física das mulheres e nem lhes oferece segurança de punição para os agressores. Esta situação acaba por imobilizar os profissionais, quando estes trabalham com as mulheres o incentivo à denúncia, a busca dos seus direitos, mas encontram uma legislação que não responde às necessidades reais das usuárias. Neste aspecto, cabe aos assistentes sociais articularem-se com outros profissionais e movimentos sociais de mulheres na luta por um sistema legal de proteção mais efetivo e construído sob uma perspectiva de gênero;
- ✓ **delegacias sem quadro técnico:** a pesquisa demonstrou um descaso do poder público com as delegacias especializadas no

atendimento às mulheres, onde o quadro de funcionários é formado na sua maioria apenas por policiais. São raras as delegacias que contam com o trabalho de algum técnico.

A superação de ações isolada deve ser um caminho a ser construído, indo além da implantação de delegacias especializadas ou abrigos para as mulheres que estão vivendo situações de violência doméstica, mas atuando como responsável pela proposição, implantação e consolidação das políticas sociais. A sociedade civil tem a sua parcela de responsabilidade, que poderá ser exercida através da participação e fiscalização em diferentes instâncias, exigindo que o Estado cumpra o papel de gestor das políticas sociais. Os assistentes sociais que têm sua intervenção na problemática da violência contra a mulher necessitam ser propositivos, criativos e comprometidos. O exercício profissional, por sua vez, não pode ter um caráter de onipotência ou, em outro extremo, de imobilidade ou inércia. Superar uma tendência ao isolamento ou à onipotência seria uma das alternativas no trabalho com mulheres em situação de violência, segundo Camargo & Aquino (2003).

Com relação à intervenção dos assistentes sociais, a pesquisa mostrou que a profissão necessita incluir na sua agenda reflexões relacionadas ao cotidiano, espaço onde se encontram diretamente relacionados o saber e o fazer profissional. Nas falas foi evidenciada a distância entre o conhecimento teórico sobre a temática da violência contra a mulher e o fazer dos assistentes sociais de campo. Estes se ressentem por não estarem encontrando subsídios teóricos na profissão. Ao mesmo tempo em que se colocam como interlocutores, têm consciência de que o desafio de produzir sobre o fazer profissional também é tarefa deles, mas ainda delegam para a academia a responsabilidade. Por sua vez, a academia não tem respondido a contento.

Sobre esta questão, NICOLAU (2003, p.01) argumenta que:

[...] são poucas as produções na área do Serviço Social, oriundas de pesquisas sobre o fazer-profissional construídas por profissionais desvinculados da academia, em relação ao número de obras que tratam do dever-ser do fazer-profissional construídas por professores, pesquisadores, ou alunos de pós-graduação.

O ritmo de trabalho imposto aos assistentes sociais no cotidiano acaba limitando o processo reflexivo sobre as ações, decisões, encaminhamentos e sobre os resultados que a intervenção está obtendo, podendo dificultar ou não um exercício profissional propositivo, inovador e criativo.

Os profissionais falaram de suas insatisfações profissionais em razão de não possuírem apoio institucional e estarem trabalhando emocionalmente fragilizados, sem condições de oferecer suporte para as mulheres. Para atender à demanda posta no dia-a-dia e que apresenta um nível de tensão, os profissionais necessitam estar em condições de desempenhar adequadamente o seu trabalho e precisam ter motivação para estarem em constante atualização, respondendo adequadamente às necessidades apresentadas pela população. As instituições nem sempre têm condições ou interesses em atender as demandas postas pelos usuários, contudo os profissionais são diretamente atingidos pelas exigências que são colocadas pela realidade das mulheres que estão vivenciando situações de violência por parte de seus companheiros. Cabe, em última instância, ao assistente social a busca de soluções para os problemas que aparecem no cotidiano do seu exercício profissional.

Um dado significativo, observado nos depoimentos, está relacionado ao Código de Ética, quando este ainda está sendo visualizado como um conjunto de normas e regras, que tem como principal função manter o sigilo ou o caráter de punição.

As dimensões da profissão foram enfatizadas como importantes pelos assistentes sociais entrevistados. Acentuaram o caráter interventivo da profissão, quando consideraram que é a dimensão técnico-operativa que proporciona visibilidade para o trabalho, mas a importância de consistência teórico-metodológica para a compreensão e superação dos limites enfrentados no cotidiano foi destacada. Mesmo assim, ficou evidenciada a necessidade de maior aprofundamento teórico por parte dos profissionais entrevistados no que tange tanto à temática da violência contra a mulher quanto sobre o fazer profissional. A relação teoria-prática ainda é dicotômica, sendo refletida na intervenção. Um fazer profissional sem consistência teórica poderá ocasionar ações fragmentadas e embasadas no senso comum.

Cabe destacar que essas questões precisam ser trabalhadas na formação acadêmica e continuada dos profissionais, assim como pelos órgãos representativos da categoria. A formação profissional deve pautar-se na qualificação teórica, ética, política e operativa dos assistentes sociais, possibilitando embasamento sólido para a construção e reconstrução de propostas qualificadas para responder às reais necessidades postas no cotidiano da intervenção.

O compromisso dos profissionais com a formação continuada ficou evidente da parte de todos os entrevistados. O resultado evidencia que os denominados “profissionais de campo” têm preocupação com a atualização e não são acomodados.

Quanto ao projeto ético-político da profissão, os depoimentos evidenciaram uma cisão, sendo que a maioria dos entrevistados relatou não acompanhar as discussões. Ao que parece, para os profissionais entrevistados, o projeto ético-político não foi introjetado, nem mesmo no plano do discurso.

Ao final, concluímos que a profissão tem um árduo caminho a percorrer no que diz respeito à intervenção frente a violência contra mulher, tanto na perspectiva de assumir com mais ênfase a discussão sobre relações de gênero, poder e violência contra a mulher, quanto na produção teórica sobre o fazer profissional dos assistentes sociais. A pesquisa evidenciou que profissionais têm realizado uma intervenção comprometida e rica em elementos para a reflexão e construção de propostas de trabalho, mas não têm conseguido estabelecer mediações entre o saber e o fazer cotidiano, o que pode levar os profissionais ao ativismo e a reproduzir a dicotomia entre a teoria e a prática. Um esforço em ultrapassar a separação entre os profissionais que fazem e aqueles que pensam se faz necessário dentro da profissão. Por fim, é preciso registrar que, mesmo diante de tantos obstáculos no dia-a-dia dos assistentes sociais, estes têm demonstrado interesse e preocupação com o fazer cotidiano, com a formação continuada e com a qualidade nos serviços prestado às das mulheres que e vivendo situações de violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Suely de Souza de. **Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado**. São Paulo: Revinter, 1998.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. "Questão Social no Brasil e Serviço Social". In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social – Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Módulo 2. Brasília: CFESS/CEAD/NEB-UNB. 1999, p. 74-81

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres Espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

BAPTISTA, Myriam Veras. A ação profissional no cotidiano. In: **O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 110-121.

BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL. **Projeto Ala Psiquiátrica Albino Angelo Sponchiado**. Quilombo, mimeo, maio de 1999.

BLAY, Eva Alterman. Gênero e políticas públicas ou sociedade civil, gênero e relações de poder. In: **Falas de Gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 133-146.

BONETTI, Dilséia A . et. al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996.

BRAGHINI, Lucélia. **Cenas Repetitivas de Violência Doméstica**. Campinas: Unicamp, 1999.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar: Orientações para a prática em serviços**. Cadernos de Atenção Básica nº 8. Brasília/DF, 2002.

CAMARGO, Márcia; AQUINO, Silvia de. Redes de Cidadania e parcerias: enfrentando a rota crítica. In: **Diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2003. p. 39-46.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **A Hegemonia do Projeto Profissional na Década de 90: questionar é preciso, aderir (não) é preciso**. 1999. Tese de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social** . Brasília: CFESS, 1993.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DOSSIÊ Violência contra a mulher. Disponível em :<http://www.redesaude.org.br/dossie/>.

DMITRUK, Hilda Beatriz. (org.). **Cadernos Metodológicos**: diretrizes de metodologia científicas. 6. ed. Chapecó: Argos, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Gênero e Desigualdade**. Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Historia da Sexualidade: a vontade de saber**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001, 3v. V. 1.

_____. **Microfísica do Poder**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

GIL, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, Violência e Sofrimento. In: **Antropologia em Primeira Mão**. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

_____. **Rimando Amor e Dor**: Reflexões sobre a violência no vínculo afetivo conjugal. In: **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinariedade**. Florianópolis: Mulheres, 1998.

_____. Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil. Violência de Gênero no Brasil Atual. In: **Estudos Feministas**. Número Especial. Rio de Janeiro: CIEC, 1994, p. 473-490.

GUERRA, Yolanda. Ontologia social e formação profissional. In: **Ontologia social e formação profissional e política**. Cadernos do núcleo de aprofundamento Marxista nº 01, PUC/SP. São Paulo, 1997.

HEILBORN, Maria Luíza. Violência e Mulher. In: **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p.89-98.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

IAMAMOTTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. e Raul de Carvalho. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço e uma interpretação histórico-metodológica. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1990.

IZUMINO, Wânia Pasinato. Os Estereótipos de Gênero nos Processos Judiciais e a Violência Contra a Mulher na Legislação. In: **Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência**. Campinas- SP: UNICAMP, 2002. p. 107- 114.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. São Paulo: Annablume, 1998.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência à pesquisa**. 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 4. ed. Ver. Ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa**. Porto Alegre: EFMG/ARTMED, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

MACIEL, Heloisa H. M. Rede de Assistência Social: futuro ou presente. In: **Revista Katalysis nº 4**. Florianópolis:UFSC, 1999, p. 89-

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. O Projeto de Pesquisa em Serviço Social. In: **Capacitação em serviço Social e Política Social**. Módulo 5. Intervenção e pesquisa em Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 2001, p. 30-44.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MOTA, Ana Elizabete et al. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. In: **Serviço Social & Sociedade nº 50**. São Paulo: Cortez, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria C. de Souza, et. al. **Pesquisa Social: Teoria , Método e Criatividade**. 17ª ed. Petrópolis/ Rio Janeiro: Vozes, 2000.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social – Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Módulo 1. Brasília: CFESS/CEAD/NEB-UNB. 1999, p. 91-110.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

NICOLAU, Maria Célia Correia. O Saber e o Fazer-Profissional – um olhar sobre o distanciamento entre a formação e o exercício profissional. In: **Anais do Seminário Latino Americano de Serviço Social**. Porto Alegre: ABEPSS, 2003.

PAIVA, Beatriz et al. **Reformulação do Código de Ética**: pressupostos históricos, teóricos e políticos. In: BONETTI, Dilséia A . et al. São Paulo: Cortez, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUILOMBO. **Plano Municipal de Assistência Social**. Quilombo. Quilombo: mimeo, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RICOTTA, Luiza. **Quem Grita Perde a Razão**: a educação começa em casa e a violência também. 2ª ed. São Paulo: Agora, 2002.

RODRIGUES, Terezinha de Fátima. **O Discurso Ético-Político do Serviço Social e o Exercício Profissional Cotidiano dos Assistentes Sociais**: Um Estudo a partir da prática. 1996. Tese de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Serviço Social, Gênero e Violência**. In: Cadernos de Comunicações do IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Goiânia: CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO, 1998. p. 256-259.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. Violência Estrutural e Gênero: Mulher Gosta de Apanhar. In: **Diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2003. p. 27-38.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero. In: **Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência**. Campinas- SP: UNICAMP, 2002.

_____. Violência Doméstica: do privado ao público. In: **Presença da Mulher**. Nº 32, São Paulo: Anita Garibaldi, 1998, p.29-37

_____. Violência de Gênero no Brasil Atual. In: **Estudos Feministas**. Número Especial. Rio de Janeiro: CIEC, 1994, p. 443-461.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In.: COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/FCC, 1992, p. 183-215.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. Novas Perspectivas Metodológicas de Investigação das Relações de Gênero. In.: **Mulher em seis tempos**. Araraquara: UNESP, 1991.

SCHILLING, Flávia. A discriminação de gênero e as diversas formas de violência contra a mulher. In: **Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência**. Campinas- SP: UNICAMP, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 1995, p.71-99.

STAMPACHIO, Maria Elisa dos . B. **Discutindo a questão de gênero: o olhar dos profissionais da Casa Eliane de Grammont.** 1999. Tese de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

TELES, Maria A. de A.; MELO, Mônica de. **O que é Violência Doméstica contra a Mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

TELES, Maria A. de A. **Breve História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Projeto de Extensão: Grupo de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica:** uma experiência interdisciplinar. Chapecó: mimeo, 2001.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Projeto de (Re) Estruturação do Escritório Sócio Jurídico:** uma experiência interdisciplinar. Chapecó: mimeo, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social e o Movimento da Sociedade Brasileira. In: **Legislação Brasileira para o Serviço Social.** São Paulo: CRESS/SP, 2004, p. 13-29.

_____. O Serviço Social Como Especialização do Trabalho Coletivo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social – Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais.** Módulo 2. Brasília: CFESS/CEAD/NEB-UNB. 1999, p. 89-99.